UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

ALINE ALVES DA SILVA

“CAPELINHA DAS PEDRAS”: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPERANÇA - PB

Campina Grande - PB
2026

ALINE ALVES DA SILVA

“CAPELINHA DAS PEDRAS”: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPERANÇA - PB

Monografia apresentada ao Curso de História, do Centro de Humanidades (CH), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Profª. Drª. Pávula Maria Sales Nascimento

Campina Grande - PB

2026

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

S586c Silva, Aline Alves da.

"Capelinha das Pedras": história e educação patrimonial em Esperança - PB / Aline Alves da Silva. – 2026.

85 f. : il.

Monografia (licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2026.

"Orientação: Profa. Dra. Pávula Maria Sales Nascimento".

Referências.

1. História. 2. Patrimônio Histórico Cultural. 3. Educação Patrimonial. 4. Capelinha das Pedras. 5. Esperança - PB. I. Nascimento, Pávula Maria Sales. II. Título.

UFCG/BC CDU 94:351.711(04)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ITAPUANA SOARES DIAS GONÇALVES CRB-15/93

ALINE ALVES DA SILVA

“CAPELINHA DAS PEDRAS”: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPERANÇA - PB

Monografia apresentada ao Curso de História, do Centro de Humanidades (CH), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Aprovado em: 23/03/2026

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Pávula Maria Sales Nascimento
Orientadora - UFCG

Profª. Drª. Silêde Leila Cavalcante
Membro da Banca Examinadora - UFCG

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Membro da Banca Examinadora - UFCG

Campina Grande - PB
2026

Dedico esta monografia aos meus avós maternos, Celina Marinheiro da Costa, Francisco Alves Pereira e a minha irmã, Amanda Priscila Alves Pereira da Silva (In memoriam). Cuja ausência física que o tempo impôs, permanecem as memórias e os ensinamentos que continuam a dar sentido a este caminho.

Saudades!

AGRADECIMENTOS

À minha família, representada por minha mãe, Maria Bernadete Alves Pereira, e por meu irmão, Breno Rafael Alves Pereira Cândido. *In memoriam*, aos meus avós maternos, Celina Marinheiro da Costa e Francisco Alves Pereira, e à minha irmã, Amanda Priscila Alves Pereira da Silva, cujas memórias permanecem e inspiram minha vida.

À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Pávula Maria Sales Nascimento, pelas orientações ao longo da construção desta monografia. Aos membros da banca, a Professora Dr.ª Silêde Leila Cavalcante e o Professor Dr. Iranilson Buriti de Oliveira. Estendo, igualmente, meus agradecimentos a todos os professores e professoras da Unidade Acadêmica de História da UFCG, Campus Sede, pelos ensinamentos, incentivos e formação que me proporcionaram.

Aproveito este espaço para rememorar o centenário da edificação da Capelinha das Pedras, celebrado em 2025, patrimônio histórico cultural de Esperança, que se constituiu objeto de pesquisa desta monografia e, ao mesmo tempo, é por meio dela homenageado. Ademais, rememoro igualmente o centenário de emancipação política do município de Esperança - PB.

RESUMO

Esta monografia contextualiza os aspectos históricos e patrimoniais da Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, conhecida popularmente como "Capelinha das Pedras", localizada no bairro Beleza dos Campos, no município de Esperança - PB, reconhecida como patrimônio histórico, cultural e material nas esferas municipal e estadual. O estudo também identifica e descreve suas características arquitetônicas. A pesquisa concentra-se na análise da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP nos municípios do interior do estado, com ênfase em Esperança, onde foram identificadas lacunas nas ações voltadas à Educação Patrimonial. A partir dessa constatação, emerge a seguinte problemática: de que modo o IPHAEP pode atuar de forma contínua e sistemática nos municípios interioranos e especificamente em Esperança? Com base nesse diagnóstico, são apontadas possibilidades que visam minimizar tais lacunas. Considerando a ausência de materiais didáticos e informativos sobre o patrimônio cultural local, a pesquisa resultou na produção de uma Cartilha Educativa sobre a Capelinha das Pedras. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, fundamentado nos referenciais teóricos de Michel de Certeau (1998), Stuart Hall (2006), Pedro Paulo Abreu Funari (2007), Maria Cecília Londres Fonseca (2009), Guia Básico da Educação Patrimonial (1999), Sônia Regina Rampim Florêncio (2012), Juciene Ricarte Apolinário (2012), entre outros, bem como no Artigo 216 da Constituição Federal de (1988) e das legislações específicas pertinentes ao monumento. Foram também utilizadas fontes digitais, como *blogs* de conteúdo memorialístico da história do município e de seus patrimônios culturais - o *História Esperancense*, de Rau Ferreira, e o *Revivendo Esperança* -, bem como os *sites* do IPHAEP e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Palavras-chave: História; Patrimônio Histórico Cultural; Educação Patrimonial; Capelinha das Pedras; Esperança-PB.

ABSTRACT

This monograph examines the historical and heritage aspects of the Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, popularly known as "Capelinha das Pedras," located in the Beleza dos Campos neighborhood, in the municipality of Esperança, Paraíba, Brasil. The site is officially recognized as a historical, cultural, and material heritage asset at both municipal and state levels. The study also identifies and describes its architectural characteristics**.** The research focuses on analyzing the role of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) in inland municipalities of the state, with particular emphasis on Esperança, where gaps in actions related to Heritage Education were identified. Based on this observation, the study raises the following research question: how can IPHAEP develop a continuous and systematic approach in inland municipalities, especially in Esperança? From this diagnosis, the study proposes alternatives aimed at minimizing these gaps. Considering the lack of didactic and informational materials on local cultural heritage, the research resulted in the development of an educational booklet about the Capelinha das Pedras. This is a qualitative study grounded in the theoretical frameworks of Michel de Certeau (1998), Stuart Hall (2006), Pedro Paulo Abreu Funari (2007), Maria Cecília Londres Fonseca (2009), the Guia Básico da Educação Patrimonial (1999), Sônia Regina Rampim Florêncio (2012), Juciene Ricarte Apolinário (2012), among others, as well as Artigo 216 da Constituição Federal de (1988), and specific legislation pertinent to the monument. Digital sources were also consulted, including memorialistic blogs such as História Esperancense, by Rau Ferreira, and Revivendo Esperança, as well as the official websites of IPHAEP and the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Keywords: History; Historical and Cultural Heritage; Heritage Education; Capelinha das Pedras; Esperança-PB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capelinha das Pedras. P. 19
Figura 2 - Localização da Capelinha via Google Maps. P. 19
Figura 3 - Dona Esther. P. 21
Figura 4 - Manuel Rodrigues de Oliveira. P. 21
Figura 5 - Lápide de inauguração. P. 21
Figura 6 - Capelinha década de 1960. P. 23
Figura 7 - Celebração da missa realizada em uma tarde. P. 24
Figura 8 - Suporte onde fiéis acendem velas. P. 24
Figura 9 - Chafariz desativado do Lajedo do Araçá usado na distribuição de água. P. 26
Figura 10 - Tanque de pedra 1. P. 27
Figura 11 - Tanque de pedra 2. P. 27
Figura 12 - Entrada principal sem sinalizações ou placas. P. 28
Figura 13 - Escadaria de acesso, sem rampa, corrimão ou guarda corpo. P. 28
Figura 14 - Parte do muro da entrada principal que cerca o monumento. P. 28
Figura 15 - Parte do muro que circunda o monumento que desabou. P. 29
Figura 16 - Segunda via de acesso ao monumento. P. 30
Figura 17 - Portas e janelas da lateral direita evidenciando a função decorativa. P. 31
Figura 18 - Teto de alvenaria, janela decorativa e a janela frontal única com abertura. P. 31
Figura 19 - Altar-Mor. P. 31
Figura 20 - Detalhe do piso. P. 32
Figura 21 - Placa de restauração realizada no ano de 2008. P. 32
Figura 22 - Detalhes arquitetônicos. P. 33
Figura 23 - Legislação estadual. P. 34
Figura 24 - Legislação municipal. P. 35
Figura 25 - Capelinha no desfile 7 de setembro realizado em 30 de novembro de 2025. P. 50
Figura 26 - A Imprensa registra imagens da Capelinha em 2025. P. 50

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 11

2. CAPELINHA DAS PEDRAS: HISTÓRIA E RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL..... 18

2.1. Espaço e Lugar.....37

2.2. Estratégias e Táticas.....38

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, PATRIMÔNIO CULTURAL, IPHAN: BASES CONCEITUAIS..... 41

3.1. A Educação Patrimonial e o Ensino de História..... 51

4. AÇÕES E LACUNAS DO IPHAEP NO INTERIOR E EM ESPERANÇA..... 57

5. CARTILHA EDUCATIVA..... 65

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 67

REFERÊNCIAS..... 69

ANEXO..... 75

1. INTRODUÇÃO

Escrever sobre a Capelinha das Pedras é um exercício atravessado por múltiplos significados, que articulam dimensões históricas, culturais, patrimoniais e pessoais. O monumento evoca memórias afetivas construídas ainda na infância, quando, aos oito anos de idade, realizei minha primeira visita ao monumento, acompanhada por minha avó materna, Celina. Essa visita inicial foi marcada pelo encantamento diante da Capelinha, erguida sobre o Lajedo do Araçá, situado no centro do espaço urbano de Esperança e destacando-se entre as residências dos bairros que a circundam.

Com o passar do tempo, aquele encantamento inicial foi sendo substituído por um olhar mais atento e crítico, o que me levou a aprofundar os estudos sobre o patrimônio cultural de Esperança. Ao ingressar no curso de História da UFCG e com a aproximação do momento de definição do tema do TCC, optei por direcionar minha pesquisa ao patrimônio cultural do município, elegendo a Capelinha como tema central, isto é, como objeto de investigação da minha monografia.

A partir desse momento, iniciei a investigação sobre sua trajetória histórica, as motivações que levaram à sua edificação e as experiências ali vivenciadas, posteriormente convertidas em memórias individuais e coletivas. Sob uma abordagem mais ampla de seus usos culturais, tornou-se pertinente analisar as múltiplas funções e apropriações que lhe foram atribuídas ao longo do tempo pelos diferentes sujeitos que frequentam o monumento – idosos, jovens e crianças –, bem como examinar as legislações relacionadas ao seu reconhecimento como patrimônio, oficializado em dezembro de 2019, primeiramente na esfera estadual e, posteriormente, na esfera municipal.

Comentando um pouco sobre sua edificação, as fontes indicam que ela está associada à epidemia do cólera que atingiu o município de Esperança no início da década de 1920. De forma sintética, relata-se que Dona Esther – esposa de Manuel Rodrigues de Oliveira, primeiro gestor municipal em 1925 – teria feito uma promessa para que o surto fosse controlado e, em agradecimento pela graça alcançada, mandaria construir uma capela no alto do Lajedo do Araçá, consagrando o espaço como lugar de fé, devoção e gratidão. Essa construção corresponde à atual Capelinha das Pedras que conhecemos hoje.

Após sua edificação, o monumento foi gradualmente apropriado culturalmente pela população, passando a desempenhar funções que extrapolam sua dimensão religiosa, processo intensificado sobretudo após o reconhecimento patrimonial. Sua imagem foi incorporada ao cotidiano da cidade, tornando-se cenário para ensaios fotográficos, campanhas publicitárias do comércio local e campanhas eleitorais, além de integrar a decoração de festividades tradicionais, como o São João e Carnaval. Ademais, passou a compor a logomarca oficial do município e os kits de materiais escolares distribuídos pela prefeitura aos estudantes da rede municipal de ensino, consolidando-se, assim, como um símbolo da identidade cultural local.

Falando em reconhecimento patrimonial, a Capelinha das Pedras, foi reconhecida, em dezembro de 2019, como integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado da Paraíba, por meio da Lei nº 11.571, de 10 de dezembro de 2019, e, no âmbito municipal, pelo município de Esperança, por meio da Lei Ordinária nº 406, de 30 de dezembro do mesmo ano, como patrimônio histórico cultural material.

Em 2025, a dupla celebração do centenário de sua edificação e da emancipação política de Esperança conferiu um significado singular a esta pesquisa. Para além de constituir-se como objeto de estudo, a escolha também se apresenta como uma forma de homenagem. Nesse contexto comemorativo, o trabalho insere-se no conjunto de iniciativas alusivas ao ano centenário, ao mesmo tempo em que contribui para a historiografia local, para a preservação da memória coletiva, para o reconhecimento acadêmico do monumento e para a valorização e difusão do patrimônio cultural de Esperança.

O problema da pesquisa concentrou-se na análise da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP nos municípios do interior do estado, com ênfase em Esperança, onde foram identificadas lacunas nas ações voltadas à Educação Patrimonial. A partir dessa constatação, emerge a seguinte problemática: de que modo o IPHAEP pode atuar de forma contínua e sistemática nos municípios interioranos, especificamente em Esperança? Essa questão é desenvolvida ao longo do quarto capítulo, intitulado *Ações e lacunas do IPHAEP no interior e em Esperança*, no qual são apontadas possibilidades para minimizar as lacunas identificadas. Ressalta-se, desde já, que a implementação de iniciativas voltadas à Educação Patrimonial em Esperança não constitui responsabilidade exclusiva do IPHAEP, devendo resultar de uma atuação articulada entre o Instituto e a Prefeitura Municipal.

O tema justifica-se pela escassez de pesquisas dedicadas à análise e contextualização do patrimônio cultural de Esperança, especialmente da Capelinha das Pedras, articulada à perspectiva da Educação Patrimonial. As produções identificadas nas pesquisas realizadas concentram-se, predominantemente, na contextualização histórica do monumento e com enfoque em outras áreas do conhecimento, como por exemplo, a área da arquitetura, geografia e em história, mas enfatizando outras perspectivas.

O objetivo geral consistiu em contextualizar os aspectos históricos e patrimoniais da Capelinha das Pedras – especialmente as legislações referentes ao seu reconhecimento patrimonial –, bem como a identificação e descrição de suas características arquitetônicas. Como objetivo específico, foi produzida uma cartilha educativa tendo como tema a Capelinha das Pedras, considerando que, até o desenvolvimento desta pesquisa, não foi identificada ou publicada nenhuma produção dessa natureza que estabelecesse articulação com a área do patrimônio cultural ou com a Educação Patrimonial e que tivesse o IPHAEP ou a Prefeitura de Esperança como produtores. A cartilha é destinada aos professores, educadores culturais e à sociedade em geral, como forma de contribuir para a valorização do patrimônio cultural local, bem como para o fortalecimento da historiografia e minimizar a lacuna referente a disponibilidade de material didático e informativo referente ao patrimônio cultural do município.

No que se refere ao referencial teórico, no âmbito da História Cultural, destaca-se a contribuição de Stuart Hall (2006) *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade,* para a compreensão do conceito de identidade cultural e das três concepções de sujeito apresentadas na obra: o sujeito iluminista, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. A partir dessas concepções que Hall define, realizou-se uma aplicação analítica dessas três definições de sujeitos, buscando compreender de que maneira percebem e se apropriam da Capelinha.

Já Michel de Certeau (1998) *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer,* ao estabelecer a distinção entre "lugar" e "espaço", possibilita compreender o Lajedo do Araçá como "lugar", em razão de sua localização fixa, e a Capelinha como "espaço", entendido como o ambiente das vivências e dos encontros, configurando-se, portanto, como um espaço praticado. Além disso, o autor define "estratégias" como as ordens e normas instituídas pelas instituições, e "táticas" como as formas de ação dos sujeitos diante dessas normativas. Tais categorias serão mobilizadas para a análise do monumento.

Enquanto Pedro Paulo Abreu Funari (2007) *Arqueologia e Patrimônio*, destaca os múltiplos significados atribuídos ao conceito de "patrimônio cultural", com ênfase em sua dimensão linguística e simbólica. Por outro lado, Maria Cecília Londres Fonseca (2009) *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, apresenta uma análise histórica das políticas públicas de preservação no Brasil, onde ressalto especificamente para esta monografia, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, bem como a preocupação de Mário de Andrade – elaborador do anteprojeto que deu origem ao IPHAN – com as ações voltadas à Educação Patrimonial desde os primeiros anos da fundação do IPHAN.

No âmbito da Educação Patrimonial, destacam-se dois artigos publicados no caderno temático do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2012): *Educação Patrimonial: Um Processo de Mediação*, de Sônia Regina Rampim Florêncio (2012), e *Reflexões sobre a Educação Patrimonial e a Experiência da Diversidade Cultural no Ensino de História*, de Juciene Ricarte Apolinário (2012). Soma-se a essas referências o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz, reconhecido como material fundamental na área por apresentar conceitos, objetivos e metodologias voltados à Educação Patrimonial em contextos escolares e comunitários – embora outros trabalhos igualmente relevantes apresentam conceitos e definições para a área. Além disso, foram realizadas consultas a fontes digitais, como o *blog História Esperancense*, de Rau Ferreira, e o *Revivendo Esperança* – blogs de conteúdos memorialísticos – bem como aos *sites* do IPHAN e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

Somam-se a essas contribuições os artigos de Cláudia Adriana Rocha Teixeira (2008), *A Educação Patrimonial no Ensino de História*, e de Almir Félix Batista de Oliveira (2010), *O IPHAEP e a Produção do Patrimônio Cultural Paraibano*, no qual o autor aborda a criação do IPHAEP, instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio histórico cultural do estado, além de discutir os processos de constituição desses patrimônios. Foram considerados os Decretos-Leis nas esferas municipal – Lei Ordinária nº 406, de 31 de dezembro de 2019 – e estadual – Lei nº 11.571, de 10 de dezembro de 2019 –, que dispõem sobre o reconhecimento e a proteção da Capelinha das Pedras, bem como a definição de patrimônio cultural estabelecida pelo artigo 216 da Constituição Federal de (1988).

Destaca-se, ainda, a contribuição de Maurício Nascimento de Oliveira (2022), *Cenário Histórico-Teológico da Devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: Capelinha das Pedras*, que apresenta uma abordagem voltada aos aspectos religiosos e teológicos. A monografia de Gabriel Mateus Feliciano (2025), *A Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Esperança – PB: a construção da memória e seu uso político*, contribuiu para a compreensão das formas de utilização política do patrimônio. A pesquisa de Raylinn Barros da Silva (2015), *Os Santos da Igreja e os Santos do Povo – uma perspectiva histórica sobre como eles "nascem": estudo de alguns casos*, auxiliou na análise dos processos de construção das devoções. Já o estudo de Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (2020), *O Cólera nas páginas dos jornais: imprensa e epidemia na Paraíba oitocentista*, colaborou para a compreensão da chegada do cólera na região e das formas como a epidemia era noticiada nos periódicos da época. Acrescenta-se, ainda, a dissertação de mestrado de Felipe Menezes Soares (2015), *O Governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte/Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969–1974)*, que contribuiu para a análise das políticas de desenvolvimento voltadas à região Nordeste, especialmente no que se refere aos incentivos ao turismo histórico cultural.

O percurso metodológico estruturou-se em quatro etapas: (1) coleta e análise das fontes, compreendendo o levantamento das fontes textuais – especialmente do referencial teórico – que dialogam com a temática, bem como a consulta aos *blogs História Esperancense*, de Rau Ferreira, e *Revivendo Esperança*, ambos voltados à memória histórica do município e de seus patrimônios culturais; além disso, foram consultados os *sites* do IPHAN e IPHAEP, com ênfase nas Cartas Patrimoniais e legislações pertinentes. Somam-se a esse conjunto livros, artigos, dissertações e monografias – detalhados anteriormente –, bem como o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, constituindo, em conjunto, o corpus textual da pesquisa; (2) realização de visitas *in loco* à Capelinha, com o objetivo de produzir registros fotográficos e identificar os elementos arquitetônicos do monumento; (3) contextualização das fontes – a escrita da pesquisa; e (4) produção da cartilha educativa, tendo como tema a Capelinha das Pedras.

A presente monografia está estruturada em seis capítulos, sendo a introdução correspondente ao primeiro capítulo. O segundo capítulo, intitulado *Capelinha das Pedras: história e reconhecimento como patrimônio cultural*, apresenta o contexto histórico da Capelinha, destacando as motivações de sua edificação e as múltiplas funções que assumiu ao longo do tempo, as quais extrapolam a esfera religiosa e se manifestam nas práticas culturais e

nas diferentes formas de apropriação social. Ademais, são identificados e descritos seus aspectos arquitetônicos, bem como é mencionada a primeira restauração, realizada em 2008, e as legislações que a reconhecem como patrimônio cultural, inicialmente em âmbito estadual e, posteriormente, municipal. O capítulo também inclui fotografias do monumento, evidenciando sua arquitetura e o Lajedo do Araçá, local onde a Capelinha está edificada.

Adicionalmente, são mobilizados os conceitos de "espaço", "lugar", "estratégias" e "táticas", formulados por Michel de Certeau (1998) na obra *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*, aplicados à análise da Capelinha e do Lajedo do Araçá. Nesse sentido, a Capelinha é compreendida como "espaço", enquanto o Lajedo do Araçá é entendido como "lugar". O conceito de "estratégia" refere-se às ações institucionais e às legislações que orientam a gestão e a salvaguarda da Capelinha, ao passo que as "táticas" dizem respeito às práticas cotidianas dos sujeitos, expressas nos modos de uso e de apropriação do patrimônio e do Lajedo. O capítulo está estruturado em duas seções. Na seção 2.1, intitulada *Espaço e Lugar*, esses conceitos são operados à análise da Capelinha e do Lajedo. Já na seção 2.2, intitulada *Estratégias e Táticas*, adota-se o mesmo procedimento, diferenciando-se pelos conceitos empregados: as estratégias são compreendidas como normas institucionais, enquanto as táticas dizem respeito às formas de apropriação social do monumento e especificamente do Lajedo.

O terceiro capítulo, intitulado *Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural, IPHAN: bases conceituais*, apresenta o processo de criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, bem como a definição do conceito de Patrimônio Cultural a partir do artigo 216 da Constituição Federal de (1988), destacando as transformações ocorridas em sua formulação ao longo do tempo. E a seção 3.1, intitulada *A Educação Patrimonial e o Ensino de História,* destaca-se o conceito da Educação Patrimonial com base no *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), contemplando com a apresentação e exposição da sua metodologia e a relação entre patrimônio cultural e ensino de História, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

O quarto capítulo, intitulado *Ações e lacunas do IPHAEP no interior e em Esperança,* apresenta uma síntese acerca da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP. Em seguida, desenvolve-se o problema da pesquisa: de que maneira o IPHAEP pode atuar de forma sistemática e contínua nos municípios do interior, especificamente em Esperança? A partir disso, são apontadas possibilidades para minimizar

as lacunas identificadas na atuação do Instituto no município, destacando-se que essa responsabilidade é compartilhada entre o IPHAEP e a Prefeitura, especialmente no que se refere ao planejamento e à realização de ações voltadas à Educação Patrimonial.

No quinto capítulo, intitulado *Cartilha Educativa*, apresenta a descrição de sua estrutura e de seu conteúdo. O material contempla uma síntese histórica do monumento, a identificação de seus principais elementos arquitetônicos e o registro de produções artísticas em homenagem à Capelinha. Além disso, aborda a definição dos conceitos de Patrimônio Cultural e de Educação Patrimonial, as legislações pertinentes ao monumento e a metodologia da Educação Patrimonial sistematizada no *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999)[1]. A cartilha também disponibiliza um QR Code que direciona para uma pasta no Google Drive, intitulada *Educação Patrimonial*, onde se encontram esta monografia, a cartilha e o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), em formato PDF, disponíveis para download, caso o leitor ou a leitora deseje aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Ressalta-se que tanto o IPHAN quanto o IPHAEP elaboram Cartilhas, publicam artigos e promovem ações educativas destinadas à valorização e à difusão do patrimônio cultural, em níveis nacional e estadual. Nesse caso, a Cartilha Educativa da Capelinha é uma das possibilidades apontadas para minimizar a lacuna identificada na atuação do IPHAEP em Esperança, especificamente no que diz respeito à disponibilização de materiais didáticos e informativos sobre o patrimônio cultural do município, em especial sobre a Capelinha, configurando-se também uma forma de valorização do patrimônio histórico cultural local.

Na Conclusão que corresponde ao capítulo apresenta um balanço geral do percurso da pesquisa, contemplando desde a escolha do tema ao desenvolvimento da pesquisa. Por fim, as referências e o anexo, que apresenta a Cartilha produzida no âmbito desta monografia.

Ao término desta introdução, espero que o leitor ou leitora possam ter um panorama geral do percurso desta pesquisa, ao mesmo tempo que convido-os a trilhar pelos caminhos e pelas palavras que aqui constroem um olhar sobre a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – a simbólica Capelinha das Pedras.

---

[1] Destaca-se que o Guia é um texto de domínio público, disponível para download no site do IPHAN. Consulte: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 1999. As demais referências mencionadas nesta introdução encontram-se ao longo do texto, em notas de rodapé, e na seção de Referências, apresentadas de forma completa a partir da p. 69.

2. CAPELINHA DAS PEDRAS: HISTÓRIA E RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

O município de Esperança situa-se no interior do estado da Paraíba, na região do Agreste, a aproximadamente 150 km da capital João Pessoa, com acesso principal pela BR-230. A cidade detém um expressivo Patrimônio Cultural, que inclui a Capelinha das Pedras, o Calçadão da Balaustrada, a Igreja Matriz, a Praça da Cultura e as emblemáticas Bonecas de Pano e as ala-ursas, além de festas tradicionais, como os festejos juninos e a Festa da Padroeira, realizada no mês de janeiro. Parte desses bens já conta com reconhecimento oficial, enquanto outros ainda não foram formalmente contemplados por processos de patrimonialização.

Segundo Rau Ferreira (2018) historiador e idealizador do blog *História Esperancense*, onde publica conteúdos memorialístico da história do município de Esperança e seus patrimônios culturais[2], a área que atualmente corresponde ao município de Esperança foi inicialmente habitada por indígenas da etnia Cariri, que viviam nas imediações do Lajedo do Araçá. O processo de ocupação colonial teve início com a chegada do português Marinheiro Barbosa, que se estabeleceu nas proximidades desse reservatório, ocasionando a expulsão dos indígenas da região. Posteriormente, os irmãos portugueses Antônio, Laureano e Francisco Diniz também se fixaram no território, onde edificaram três moradias na área que hoje corresponde à Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira. Quanto à origem do nome do município, não há consenso. Registra-se que, ao longo do tempo, o território recebeu diferentes denominações, como Banabuié, Boa Esperança em 1872 e, posteriormente, Esperança em 1908. Administrativamente, pertenceu ao município de Alagoa Nova até conquistar sua emancipação política em 1925.

Com o passar do tempo, o patrimônio cultural do município passou por processos de preservação, ressignificação[3] e também de perda; contudo, a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, popularmente conhecida como “Capelinha das Pedras”, manteve-se como

---

[2] FERREIRA, Rau. *História Esperancense: Esperança.* Blog História Esperancense*,* 19 ago. 2018.

[3] Parte das construções históricas de Esperança, sobretudo os antigos casarões do centro, sofreram os danos do tempo e estão sendo, progressivamente, substituídos por edificações comerciais ou para espaços de eventos públicos. Entre esses bens, destaca-se o antigo *Centro Artístico Operário e Beneficente de Esperança – CAOBE*, fundado em 1954, que por décadas exerceu importante espaço de lazer e sociabilidade aos esperancenses, mas foi demolido mediante autorização judicial, por se encontrar em estado de deterioração com parte de sua estrutura já em ruína. O local onde o *CAOBE* estava erguido, passou por ressignificação, tornando-se uma área destinada a eventos públicos e lazer, embora a demolição tenha suscitado debates e posições divergentes entre os esperancenses. O documento referente ao processo de demolição encontra-se disponível nas referências.

referência. O monumento configura-se um espaço de celebrações religiosas e visitas culturais, sendo frequentado por moradores de Esperança, visitantes de cidades circunvizinhas e até de outros estados.

O local onde a Capelinha está edificada, o Lajedo do Araçá, destaca-se como um importante ponto de atração, tanto pela vista panorâmica de 360° que proporciona da cidade quanto pelo pôr do sol, pelos encontros sociais e pelas oportunidades de registros fotográficos. O cenário singular formado pela paisagem rochosa do Lajedo e pela Capelinha, transforma o lugar num espaço instagramável. Ambos se articulam, constituindo uma significativa referência espacial e cultural para os moradores de Esperança e também para os visitantes. A multifuncionalidade da Capelinha, enquanto patrimônio cultural, evidencia sua relevância histórica e simbólica, ao assumir diferentes funções sociais no cotidiano e no imaginário coletivo da população local, como veremos ao longo destas páginas.

Figura 1 - Capelinha das Pedras.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 2 - Localização da Capelinha das Pedras via Google Maps.



Fonte - Google Maps, 2026.

O motivo de sua edificação remonta à década de 1920, período em que o cólera[4] chegou no então distrito de Esperança, à época pertencente ao município de Alagoa Nova-PB vindo a conquistar sua emancipação política em 1 de dezembro de 1925 completando cem anos em 2025, marco que coincide também com o centenário da edificação da Capelinha das Pedras. Segundo Mariano (2010)[5] o cólera veio proveniente de Pernambuco, e ingressou na Paraíba pela segunda vez em 1861, desenvolvendo-se de maneira menos catastrófica em comparação à epidemia de 1856. A autora destaca que no jornal paraibano *A Regeneração*, numa publicação de 18 janeiro de 1862, publicou que os municípios de Bananeiras, Pedras de Fogo, Independência (atual Guarabira), Areia, Alagoa Grande, Ingá e Pilar já haviam registrado casos da doença. Embora não mencione diretamente o município de Alagoa Nova-PB – o qual Esperança fazia parte antes de sua emancipação política em 1 de dezembro de 1925 –, sua análise contribui para a compreensão dos impactos da doença na região, ao examinar as formas pelas quais a imprensa da época divulgava o cólera à população desses municípios, bem como seus efeitos sociais, sanitários e políticos, além de discutir como o poder público e a população experienciaram esses acontecimentos no cotidiano.

Mas Rau Ferreira (2025) em publicação no blog *História Esperancense*[6], ao tratar especificamente de Esperança e da forma como a população reagiu à epidemia do cólera, relata que o município enfrentou o surto do cólera mobilizando os moradores em intensas práticas de devoção e súplica religiosa. O crescimento do número de óbitos e o atendimento médico insuficiente para atender a toda a população – principalmente a população mais pobre –, a fé tornou-se um dos meios para ter esperança diante da crise que o cólera trouxe. Diante desse cenário Dona Esther, esposa do então prefeito Manuel Rodrigues de Oliveira, teria feito a seguinte promessa: caso a epidemia fosse controlada mandaria erguer uma Capela sobre o Lajedo do Araçá. Com o passar do tempo, o surto do cólera foi controlado e passou a ser atribuído à promessa que Dona Esther tinha feito, ou seja, que a graça tinha sido alcançada, a primeira dama, a fim de cumprir a promessa que tinha feito, dá início a edificação da Capelinha das Pedras, como expressão pública de fé, gratidão e cumprimento da promessa dedicada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

---

[4] O cólera é provocado pela toxina produzida por dois sorogrupos específicos da bactéria *Vibrio cholerae* (O1 e O139). Sua transmissão ocorre pela via fecal-oral, podendo dar-se de forma indireta, por meio da ingestão de água ou alimentos contaminados, ou de maneira direta, pelo contato entre pessoas.

[5] MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. O *cólera nas páginas dos jornais: imprensa e epidemia na Paraíba oitocentista*. In: *Anais do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB – ST 20*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2010. (p.2).

[6] FERREIRA, Rau. *Centenário da Capelinha do Perpétuo Socorro.* Blog História Esperancense, 01 jan. 2025.

O templo edificado em cima do Lajedo do Araçá, recebeu a benção de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, bispo da Paraíba na época, sendo inaugurada em 1 de janeiro de 1925 pelo Padre José Borges Carvalho, tornando-se, desde então, um monumento religioso, histórico e cultural do município. A lápide apresentada na Figura 5 refere-se à cerimônia de bênção eclesiástica, registrando esse momento, e encontra-se localizada na parte interna do monumento.

Figura 3 - Dona Esther.



Fonte - Marinho Junior, 2004.

Figura 4 - Manuel Rodrigues de Oliveira.



Fonte - Martinho Junior, 2004.

Figura 5 - Lápide de inauguração.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Na transcrição dos dizeres da lápide, consta o seguinte texto:

> 1º de janeiro de 1925. Manuel Rodrigues de Oliveira e sua esposa Esther F. De Oliveira, mandaram construir este monumento, como um acto de agradecimento a virg. ss. do perpétuo socorro, por mercês por eles alcançadas. Mereceu aprovação de sua excia. revma. D. adaucto, arcebispo da parahyba, e concurso do povo e do Pe. josé borges que o inaugurou solenemente.

No que se refere à santa escolhida para ser homenageada com a construção da Capelinha, destaca-se a devoção e escolha a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Tal escolha evidencia a dimensão religiosa de Dona Esther, responsável pela promessa que originou a edificação da Capelinha, uma vez que essa devoção é tradicionalmente associada à busca por proteção, amparo diante das adversidades e intercessão mariana.

Convém ressaltar que a devoção aos santos católicos configura-se como um fenômeno complexo, que articula dimensões históricas, culturais, sociais e institucionais da Igreja. Trata-se de uma construção histórica presente na formação do imaginário coletivo ocidental, especialmente no contexto brasileiro. A esse respeito Silva (2015)[7] observa que a dura realidade social enfrentada em diversas regiões do Nordeste – marcada por problemas recorrentes como a escassez de chuvas, a seca, a insuficiência do poder público e a permanência de estruturas políticas tradicionais, frequentemente associadas ao desvio de recursos destinados às camadas mais pobres – encontra, nos relatos de milagres, a expressão de uma vitória simbólica da sobrevivência e da esperança. Assim, consolida-se a crença de que as condições de vida e saúde podem melhorar; entretanto, tais mudanças não são interpretadas a partir de explicações político-econômicas e sanitárias, mas atribuídas à intermediação de santos que "cuidam" do povo.

Segundo o blog *Revivendo Esperança* (2012)[8], outro blog de conteúdos memorialístico da história de Esperança e de seus patrimônios, na década de 1960, o administrador paroquial, Monsenhor Manoel Palmeira da Rocha, rezava às terças-feiras, ao meio-dia, a novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A fotografia apresentada na Figura 6 possibilita a observação dos detalhes arquitetônicos da Capelinha na década de 1960, permitindo estabelecer comparações com sua estrutura atual. Onde, percebe-se que sua forma

---

[7] SILVA, Raylinn Barros da. *Os Santos da Igreja e os Santos do Povo - uma perspectiva histórica sobre como eles "Nascem": estudo de alguns casos. Revista Escritas, [S. l.]*, v. 5, n. 2, 2015. Propõe uma reflexão sobre os processos de construção social dos santos na sociedade católica ocidental, com ênfase no contexto brasileiro, principalmente no nordeste e no papel do imaginário religioso popular. (p.194).

[8] *A Capelinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: fatos e fotos que fizeram a história de Esperança.* Blog Revivendo Esperança PB, 6 ago. 2012.

original foi preservada ao longo do tempo, sem alterações que comprometessem as características arquitetônicas próprias do período de sua edificação.

Figura 6 - Capelinha década de 1960.



Fonte - Blog Revivendo Esperança- PB.

Atualmente, o acesso à Capelinha é restrito a dias e horários específico[9], estando aberta apenas às terças-feiras, no período da tarde, das 15h às 17h, para a realização de celebrações religiosas. Nesse dia, tanto a população local quanto os visitantes aproveitam para realizar visitas. Como o monumento não funciona diariamente, é necessário que os interessados se programem previamente caso queiram visitá-lo. Nos demais dias e horários, há um responsável no local que pode autorizar a entrada. Oliveira (2022)[10] caracteriza o monumento como um espaço de encontro e devoção, no qual os fiéis recorrem a Maria com a convicção de que suas súplicas são ouvidas. Em seus relatos, relaciona a intercessão mariana à proteção diante de situações de aflições.

A Capelinha e o Lajedo veio se consolidando como um espaço de múltiplas experiências estéticas e contemplativas. Sob o aspecto estético, o local é amplamente buscado para ensaios fotográficos instagramáveis, apreciação do pôr do sol e observação da paisagem urbana, visível em um ângulo de 360° proporcionado pela elevação natural do Lajedo. Já na dimensão contemplativa, é frequente que moradores e visitantes se acomodem sobre as rochas para apreciar a vista e acompanhar as celebrações religiosas.

---

[9] Essa medida foi adotada por razões de segurança, uma vez que o Lajedo do Araçá abriga dois tanques de pedra de grande profundidade, tradicionalmente utilizados pela população como reservatórios de água. Em 2012, três adolescentes perderam a vida por afogamento em um desses tanques durante a realização de registros fotográficos, fato que motivou a implementação de medidas de controle e restrição de acesso à área. Apesar disso, todo o Lajedo do Araçá ainda permanece sem placas de sinalização adequadas.

[10] OLIVEIRA, Maurício Nascimento de. *Cenário Histórico Teológico da devoção à Nossa Senhora do Perpétuo: Capelinha das Pedras,* publicado pela Editora Brilho Coletivo, São Paulo, 2022. (p. 57).

Figura 7 - Celebração da missa realizada em uma tarde.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 8 - Suporte onde os fiéis acendem velas.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Ao longo dos anos, a Capelinha das Pedras consolidou-se como um bem cultural de destaque, compondo à *identidade cultural* do município e contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, especialmente após o processo de reconhecimento patrimonial, realizado em dezembro de 2019. A partir desse marco, diversos atores – como grupos políticos, comerciantes, gestores públicos, moradores e visitantes – passaram a utilizar a imagem da Capelinha e do Lajedo na produção de registros fotográficos pessoais, materiais audiovisuais e fotográficos voltados a campanhas políticas, ornamentações de eventos públicos e propagandas comerciais local. Embora essas práticas já existissem, elas se intensificaram e adquiriram maior intencionalidade após o reconhecimento do bem como patrimônio cultural.

No campo dos estudos sobre *identidade cultural*, Stuart Hall (2006) na obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*[11], o sociólogo define três concepções de identidade que refletem distintas formas de compreender o sujeito ao longo do tempo histórico: o Sujeito do Iluminismo, o Sujeito Sociológico e o Sujeito pós-moderno.

Segundo Stuart Hall (2006) o *sujeito do Iluminismo* é concebido como um indivíduo centrado e dotado de uma identidade essencial, entendida como estável e idêntica a si mesma. O *sujeito sociológico*, por sua vez, corresponde a uma concepção de identidade construída na relação entre o indivíduo e a sociedade, formada a partir das interações sociais. Já o *sujeito pós-moderno* caracteriza-se pela fragmentação, pelo descentramento e pela inexistência de uma identidade fixa ou essencial.

À luz dessas definições, a Capelinha das Pedras pode ser lida, na perspectiva do *sujeito do Iluminismo*, como um marco estável, sustentado por uma narrativa fundadora e por valores religiosos percebidos como permanentes. Na abordagem do *sujeito sociológico*, ela passa a ser compreendida como uma construção coletiva, cuja identidade se forma e se transforma por meio das práticas sociais, das memórias compartilhadas, das devoções e das relações cotidianas estabelecidas com a comunidade. E sob a ótica do *sujeito pós-moderno*, revela-se como um espaço de identidades múltiplas e fragmentadas, apropriado por distintos grupos e discursos – religiosos, culturais e políticos –, que lhe atribuem novos significados e promovem constantes ressignificações.

Ao analisar o processo de apropriação da Capelinha das Pedras pela classe política de Esperança, observa-se um uso recorrente do monumento, sobretudo em períodos eleitorais. Nesses períodos, o monumento é frequentemente visitado por essa classe sendo apropriado como cenário para produção de materiais para propagandas eleitorais. A Capelinha é um patrimônio cultural valorizado por grande parte da população esperancense, sua utilização nesses contextos tende a mobilizar afetivamente o eleitorado, revelando, assim, uma estratégia da classe política para a adesão da população a determinado candidato (a) ou grupo político. A esse respeito Feliciano (2025)[12] complementa:

---

[11] HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (p. 10).

[12] FELICIANO, Gabriel Mateus. *A Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Esperança-PB: a construção da memória e seu uso político*. 57 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2025. (p. 48).

> (...) se faz necessário observar a religião dos referidos candidatos. Sabendo que boa parte dos eleitores da cidade de Esperança são católicos, usar a Capelinha como símbolo que representa o pertencimento se atrela com a exposição da religião dos candidatos, mesmo os evangélicos das variadas denominações e pessoas de religiões de matrizes africanas, espíritas, dentre outras, relacionam a imagem da Capelinha não com a religião, mas sim, com Esperança enquanto cidade, isso se dá, pela situação e a oposição busca conquistar os variados tipos de eleitores, pela sua identidade, aplicando estratégias que fazem o eleitor se identificar com seus ideais políticos. (FELICIANO, 2025, p. 48).

Ainda sob uma perspectiva histórica, cabe ressaltar que o Lajedo do Araçá abriga dois tanques que são utilizados como reservatórios de água pela população residente nas proximidades do Lagedo do Araçá, conforme ilustrado nas Figuras 9, 10 e 11. Ambos, de considerável profundidade, exerceram papel fundamental em períodos de escassez hídrica no município, atuando, em conjunto com as cisternas comunitárias, como importantes pontos de distribuição de água para a população. Em diálogo com os moradores que vivem no entorno do Lajedo, constatou-se que alguns mantêm bombas de água instaladas nos tanques, enquanto outros recorrem, de forma mais eventual, ao transporte manual por meio de baldes, utilizando a água para fins domésticos.

Figura 9 - Chafariz desativado do Lajedo do Araçá usado na distribuição de água.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 10 - Tanque 1.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 11 - Tanque 2.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Ao se aproximar da entrada principal do monumento pela Rua Beleza dos Campos, conforme mostra a Figura 12, destaca-se a escadaria que dá acesso ao monumento. O Lajedo é totalmente delimitado por muros, como mostrado na Figura 14, reforçando a demarcação espacial do local. Há também uma segunda entrada de acesso, pela na Rua São Vicente Figura 16, utilizada sobretudo por moradores ou por aqueles que preferem um trajeto alternativo e na Figura 13 a escadaria que leva ao alto do Lajedo, onde a Capelinha se encontra. Conjuntamente, esses elementos: entradas, escadaria e muros, revelam a forma como o espaço foi estruturado e demarcado ao longo do tempo.

Figura 12 - Entrada principal sem sinalizações ou placas.



Fonte - Arquivo pessoal da autora 2026.

Figura 13 - Escadaria de acesso sem rampa, corrimão ou guarda corpo.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 14 - Parte do muro da entrada principal que circunda o monumento.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Destaca-se, ainda, que o monumento não apresenta sinalizações, como placas informativas que orientem moradores e visitantes quanto aos cuidados necessários em relação

aos tanques de água e que informe minimamente a história da Capelinha. Ademais, o espaço não dispõe de estruturas mínimas de acessibilidade, a exemplo de rampas ou corrimãos. Tais estruturas são fundamentais em monumentos históricos, especialmente quando se considera a democratização do acesso e de informações sobre os patrimônios culturais inseridos em contextos naturais e urbanos, como ocorre com a Capelinha das Pedras.

Também, que parcela significativa dos frequentadores e visitantes é composta por pessoas idosas ou com mobilidade reduzida. Embora exista uma rampa na entrada principal, como mostra na Figura 12, ela se restringe apenas ao trecho inicial, encerrando-se logo após o portão de entrada. Essa limitação impede que cadeirantes e pessoas com outras restrições de mobilidade alcancem o topo do Lajedo e a Capelinha.

Embora sua relevância e reconhecimento como patrimônio cultural do município, o Lajedo onde a Capelinha está edificada não dispõe de condições mínimas de acessibilidade nem de sinalizações. Visitantes provenientes de outros estados frequentemente manifestam estranhamento diante da ausência de placas informativas e de recursos de acessibilidade, o que evidencia fragilidades nas políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural local, que é de responsabilidade da Prefeitura.

Recentemente, uma parte do muro que demarca o Lajedo veio a desabar devido à instabilidade na estrutura que já apresentava sinais de fragilidade. Após solicitações dos moradores do entorno e um período de espera, a prefeitura instalou uma estrutura de ferro preenchendo o espaço do muro que desabou, conforme mostra a Figura 15.

Figura 15 - Parte do muro que circunda o monumento que desabou.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 16 - Segunda via de acesso ao monumento.

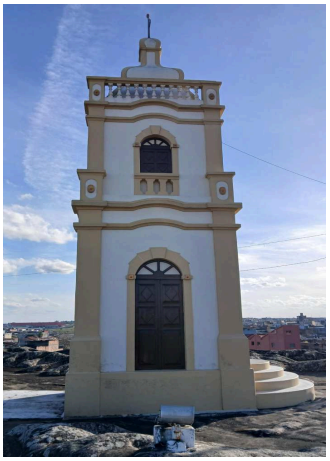


Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

No que se refere à arquitetura da Capelinha, observa-se que sua edificação possui uma única torre, com dimensões aproximadas de três metros de largura e dez metros de altura, capaz de comportar internamente de três a quatro pessoas. Suas formas arquitetônicas remetem ao estilo da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em Campina Grande-PB, localizada no centro da cidade, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, um importante marco histórico e arquitetônico construído com características do estilo neoclássico e barroco brasileiro.

A Capelinha apresenta quatro janelas e três portas, uma em cada lateral, com função predominantemente decorativa, conforme ilustrado na Figura 17, sendo apenas uma das portas e janelas passível de abertura, ambas localizadas na parte frontal, configurando a entrada principal ao monumento. A cobertura, feita de alvenaria, dispensa o uso de telhados convencionais, como se observa na Figura 18. No topo, um crucifixo, visível a longas distâncias, reforça a dimensão simbólica e religiosa do monumento. Em seu interior, observa-se, na Figura 19, o altar-mor, bem como o piso de cimento pintado Figura 20.

Figura 17 - Portas e janelas direita evidenciando a função decorativa.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 18 - Teto de alvenaria, janela decorativa e a janela frontal, única com abertura.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 19 - Altar Mor.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 20 - Detalhe do piso.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 21 - Placa da restauração realizada no ano de 2008.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Até o ano de 2008, o monumento não havia passado por restauração, sendo realizadas apenas manutenções periódicas, como pintura e pequenos reparos. Em 2008, a Prefeitura, em parceria com a Paróquia local – Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho –, decidiram realizar a restauração. Para isso, foi contratada uma equipe especializada em conservação e restauro. Na Figura 21, é possível observar a placa fixada na parte interna da Capelinha, contendo informações referentes a essa restauração.

Segundo Rau Ferreira (2017), em publicação no blog *História Esperancense*[13], o monge beneditino Adriano de Lima, especialista na área, trabalhou durante 45 dias removendo as camadas de tinta até alcançar a pintura original. O altar mor foi restaurado e portas e janelas receberam nova pintura em tom marrom conhaque, após a remoção sucessiva das camadas acumuladas ao longo dos anos. O monge relatou que, ao analisar fotografias

[13] FERREIRA, Rau. *Capelinha N. S. do Perpétuo Socorro.* Blog História Esperancense, 08 abr. 2017.

antigas da Capelinha, supôs que sua coloração original fosse branca e que as portas e janelas eram provavelmente apenas envernizadas, tendo recebido diversas camadas de tinta com o passar do tempo, assim como as portas e janelas. Infelizmente, não foi possível obter imagens referentes ao período da restauração.

No que se refere aos estilos arquitetônicos presentes na estrutura, identifica-se a integração de elementos neoclássico e barroco. Na torre, as colunas e os arcos evidenciam a influência neoclássico de matriz greco-romana, caracterizada pela simetria, pelo rigor formal e pela valorização das linhas bem definidas, como mostra a Figura 22. Em contraposição, os elementos vazados localizados abaixo da cruz, assim como o tratamento ornamental das janelas, remetem ao barroco brasileiro, reconhecido por sua expressividade e riqueza decorativa.

A mistura desses estilos resulta em uma síntese estética que evidencia a diversidade de técnicas construtivas, a disponibilidade de materiais e a inspiração arquitetônica que, se pararmos para comparar, lembramos da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em Campina Grande-PB. Essa influência estende-se também ao interior da Capelinha das Pedras uma vez que, conforme ilustrado na Figura 19, o altar-mor apresenta características típicas que recordam o barroco brasileiro.

Figura 22 - Detalhes arquitetônicos.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Quanto à patrimonialização, o monumento obteve reconhecimento histórico, cultural e patrimonial por parte das instituições oficiais, primeiro na esfera estadual e depois na esfera municipal. Na esfera estadual, foi inserida ao patrimônio histórico e cultural do Estado da Paraíba por meio da Lei nº 11.571, de 10 de dezembro de 2019, oriunda do projeto de Lei de

autoria do deputado estadual Anderson Monteiro Costa, ex-prefeito do município, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 10 de dezembro de 2019, nº 11.571, p. 4.

Figura 23 - Legislação estadual.



JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador

LEI Nº 11.571 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.
AUTORIA: DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO

Insere no Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

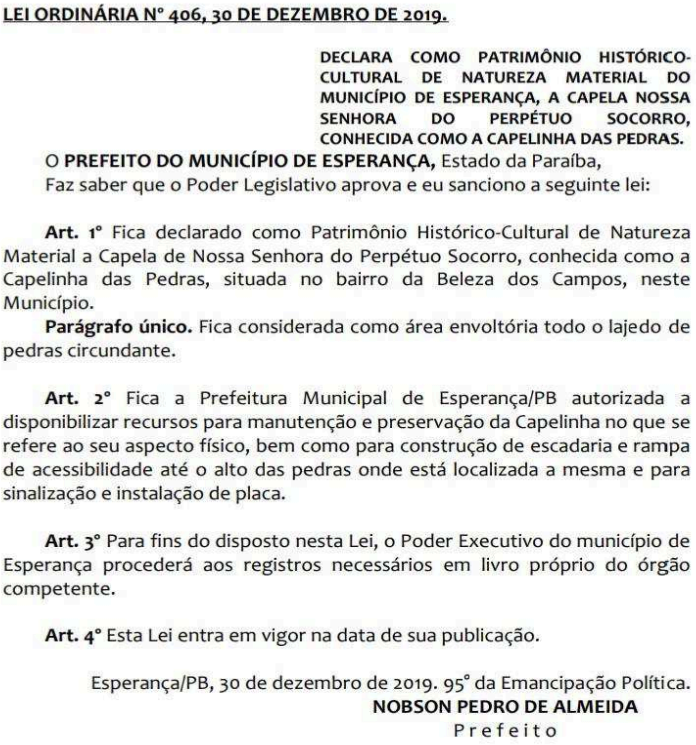
O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Insere no Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no Município de Esperança.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 10 de dezembro de 2019; 131º da Proclamação da República.

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador

Fonte - Diário Oficial do Estado da Paraíba, 10 de dezembro de 2019.

No mesmo mês, dezembro de 2019, no dia 30, a Capelinha foi oficialmente reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural de natureza material pelo município, por meio da Lei Ordinária nº 406, publicada no Diário Oficial do Município, no Quinzenário Oficial destinado à divulgação dos atos dos poderes Executivo e Legislativo; Esperança-PB, ano III, n. 062, p. 3, período de 16 a 31 de dezembro de 2019.

Figura 24 - Legislação municipal.



LEI ORDINÁRIA Nº 406, 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

DECLARA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA, A CAPELA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, CONHECIDA COMO A CAPELINHA DAS PEDRAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA,** Estado da Paraíba,
Faz saber que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado como Patrimônio Histórico-Cultural de Natureza Material a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, conhecida como a Capelinha das Pedras, situada no bairro da Beleza dos Campos, neste Município.

Parágrafo único. Fica considerada como área envoltória todo o lajedo de pedras circundante.

Art. 2º Fica a Prefeitura Municipal de Esperança/PB autorizada a disponibilizar recursos para manutenção e preservação da Capelinha no que se refere ao seu aspecto físico, bem como para construção de escadaria e rampa de acessibilidade até o alto das pedras onde está localizada a mesma e para sinalização e instalação de placa.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, o Poder Executivo do município de Esperança procederá aos registros necessários em livro próprio do órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esperança/PB, 30 de dezembro de 2019. 95º da Emancipação Política.
NOBSON PEDRO DE ALMEIDA
Prefeito

Fonte - Diário Oficial do Município de Esperança-PB, dezembro de 2019.

Cumpre salientar que tal reconhecimento ocorreu tardiamente, sobretudo quando se considera que a edificação remonta ao ano de 1925 e ocupa espaço de destaque na história e na cultura do município de Esperança. Embora o reconhecimento patrimonial, efetivado em 2019, tenha representado um marco ao conferir visibilidade ao bem e estimular maior interesse da população pela sua história e consequentemente pela história do município, destaca-se que esse reconhecimento poderia ter sido realizado em período anterior.

Ainda que o reconhecimento institucional do patrimônio cultural seja fundamental, é importante ressaltar que é no cotidiano e no sentimento de pertencimento construído coletivamente que esse reconhecimento se concretiza, como se evidenciou no caso da Capelinha das Pedras. Na ausência desse sentimento de pertencimento da comunidade com seus bens patrimoniais e da Educação Patrimonial, observa-se uma tendência à desvalorização e descuido com o patrimônio, o que favorece processos de abandono, deterioração e até mesmo de ruína. Por isso é importante ações voltadas à Educação Patrimonial, pois proporciona consciência histórica e crítica sobre os patrimônios culturais, principalmente os locais e a importância de sua preservação.

Diante do exposto, a Capelinha das Pedras consolidou-se um importante patrimônio histórico, cultural e simbólico para o município de Esperança. Sua trajetória, marcada por diferentes usos e significados ao longo do tempo, evidencia não apenas sua relevância histórica, religiosa, política, arquitetônica e paisagística, mas também seu papel na construção da memória e da identidade local.

A relevância histórica e cultural de um patrimônio ultrapassa sua dimensão material ou imaterial, incorpora sentidos políticos e culturais atribuídos à sua imagem e história, que é continuamente ressignificada e apropriada pelos sujeitos e direcionada a novas funções. Tais apropriações dialogam com as reflexões de Michel de Certeau (1998) na obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer*[14], sobretudo no que se refere às definições de lugar e espaço e as relações entre estratégias e táticas que orientam as práticas sociais.

Certeau (1998) investiga as práticas ordinárias da vida cotidiana, e revela como sujeitos comuns, ainda que inseridos em estruturas sociais, políticas e institucionais, produzem sentidos, resistem e reinventam o mundo por meio de suas ações diárias. Para compreender e explicar como essas ações se refletem na sociedade ele volta-se para gestos aparentemente banais – como caminhar pela cidade, falar, cozinhar, ler, consumir ou narrar – e demonstra que tais práticas não são passivas, mas atravessadas por criatividade e intencionalidade.

Nesse sentido, para a análise da Capelinha e do Lajedo do Araçá, será mobilizado o eixo teórico que define e diferencia as concepções de lugar e espaço, bem como a distinção e relação entre estratégias, vinculadas às instituições e aos dispositivos de poder que organizam e controlam os espaços e os comportamentos dos sujeitos, e as táticas, definidas como ações pelas quais os sujeitos se apropriam, desviam e ressignificam tais estratégias no cotidiano.

Ao distinguir lugar, entendido como uma ordem fixa e previamente planejada, de espaço, entendido como o lugar praticado e vivido, que adquire novos sentidos por meio do uso social e cultural, Certeau (1998) evidencia como os sujeitos se apropriam dos produtos culturais impostos – tais como discursos, normas, imagens e espaços – e os transformam

[14] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Cap. III, p. 79-98. Oferece fundamentos teóricos para interpretar as práticas, os usos e os significados construídos historicamente pelos sujeitos, tomando, neste caso, a Capelinha das Pedras e o Lajedo do Araçá como referenciais empíricos de análise.

conforme suas experiências, memórias e interesses, fazendo do cotidiano um campo de resistência sutil e permanente.

2.1. Espaço e Lugar

Nesse sentido, Certeau (1998) define espaço e lugar da seguinte maneira:

> Inicialmente entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar, Aí impera a lei do "próprio" e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (...) Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidade contratuais. (...) Em suma, o *espaço é um lugar praticado*. (CERTEAU, 1998, p. 201).

À luz da distinção proposta por Certeau (1998) entre lugar e espaço, a Capelinha das Pedras e o Lajedo do Araçá podem ser lidos da seguinte maneira: enquanto lugar, o Lajedo do Araçá constitui-se um conjunto paisagístico natural fixo e delimitado. Já a Capelinha, reconhecida como patrimônio histórico, cultural e material do município de Esperança, encontra-se vinculada a normas, legislações e usos socialmente estabelecidos. Contudo, por meio das práticas cotidianas – como visitas, celebrações religiosas, registros fotográficos, produções audiovisuais, entre outros – esse lugar passa a ser vivido e apropriado socialmente, transformando-se em espaço, isto é, no resultado das ações que o orientam, o temporalizam e o ressignificam.

As visitas culturais e celebrações religiosas, convertem o caráter estático do monumento em um espaço vivido, produzido pelas experiências dos sujeitos que o frequentam e visitam e que alí estabelecem relações. Conforme aponta Certeau (1998)[15], assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos - um escrito.

A Capelinha ultrapassa a condição de localização geográfica, compreendida como lugar em seu sentido estático, para constituir-se como espaço carregado de significados. Essa passagem ocorre por meio das ações e vivências dos sujeitos, que lhe conferem dinamismo em seu uso. O Lajedo do Araçá é lido como lugar por constituir-se em um elemento fixo, de

[15] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (p.202).

localização geográfica precisa e dotado de características naturais singulares, como suas formações rochosas, que lhe asseguram delimitação territorial, valor natural e paisagístico.

A Capelinha das Pedras configura-se como um espaço praticado e integrado ao cotidiano de parte da população esperancense, nos âmbitos religioso e cultural. Entretanto, nem todo espaço se converte plenamente em espaço vivido por todos, uma vez que existem limites nesse processo de apropriação: há sujeitos que não participam das celebrações religiosas ou nem a visitam, havendo inclusive esperancenses que nunca estiveram na Capelinha. Desse modo, aquilo que se constitui como espaço praticado para alguns é percebido por outros apenas como um lugar fixo na paisagem urbana e como parte da história do município.

Erguida sobre o Lajedo do Araçá, a Capelinha das Pedras, constitui-se um monumento que possibilita compreender que lugar e espaço não se apresentam como campos rígidos ou antagônicos, mas que se articulam e se complementam. Como no caso deles, ambos estão juntos, conectados. O lugar – Lajedo – se estabelece como dado a partir da natureza, enquanto o espaço – Capelinha – é produzido pelas práticas cotidianas, pelos usos, pelas memórias e pelas dinâmicas.

Dessa forma, a distinção entre lugar e espaço, proposta por Certeau (1998), permite compreender que os bens patrimoniais não se limitam apenas à sua dimensão física ou material. Enquanto lugar, apresentam-se como estruturas organizadas e delimitadas, marcadas por sua configuração geográfica, arquitetônica e paisagística. Entretanto, ao serem apropriados pelas práticas sociais, culturais e simbólicas dos sujeitos, transformam-se em espaços vividos, carregados de significados, memórias e experiências. Assim, compreender o patrimônio cultural a partir dessa perspectiva contribui para ampliar a análise sobre sua função social, evidenciando como os sujeitos, por meio de suas práticas cotidianas, produzem e ressignificam continuamente os sentidos atribuídos a esses lugares.

2.2. Estratégias e Táticas

No que se refere às estratégias e táticas, Certeau (1998) as conceitua da seguinte forma:

> Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças

> (Certeau, p. 99, 1998). (...) chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo" e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 1998, p. 100).

A partir da perspectiva de Certeau (1998) podemos demarcar que a estratégia corresponde ao conjunto de cálculos e modos de organização das relações de poder que se tornam viáveis quando um sujeito dotado de intenção e autoridade – como o Estado, a Igreja ou outras instituições – consegue se afirmar a partir de um "lugar próprio", ou seja, de um espaço delimitado, legitimado e institucionalizado. A tática, por sua vez, refere-se a um modo de ação que se exerce na ausência de um "lugar próprio", ou seja, sem uma base estável de poder ou de controle institucional. Ao contrário da estratégia, a tática não dispõe de autonomia nem de um território delimitado a partir do qual possa organizar e conduzir as relações; ela se desenvolve, necessariamente, no "espaço do outro", operando sob regras e limites estabelecidos por forças externas e dominantes. Desse modo, configura-se como uma prática inventiva, contingente e oportunista, que se apoia no tempo e nas brechas existentes no campo controlado por outrem.

O Lajedo do Araçá possui dois tanques de água que funcionam como reservatórios para a população residente no entorno do Lagedo para uso doméstico. Foi relatado pelos moradores, que a retirada da água desses tanques ocorre predominantemente por meio de bombas d'água, instaladas de maneira tática em seu interior, sendo menos frequente a retirada manual com o uso de baldes. O acesso aos tanques é permitido apenas nas terças-feiras, das 15h às 17h, quando o espaço do Lajedo é aberto para visitações e celebrações religiosas na Capelinha. Mas, diante das necessidades cotidianas, os moradores lançam mão de táticas para burlar as normas instituídas, acessando os tanques em outros dias e horários da semana quando precisam para realizar manutenções nas bombas de água.

Essas práticas configuram ações táticas, conforme a perspectiva de Certeau (1998), pois, embora a Capelinha seja um espaço institucionalizado e regulado por normas oficiais, os usos informais e as apropriações espontâneas e necessárias do lugar – neste caso, dos tanques de água do Lajedo – ocorrem no interior de um território previamente organizado por instâncias de poder. Tais táticas não redefinem formalmente a função do espaço, mas operam de modo silencioso em seu interior, ora adaptando-se às regras existentes, ora transgredindo-as.

Por sua vez, visitantes e demais grupos que utilizam o lugar no cotidiano mobilizam táticas ao ressignificar o monumento por meio de diferentes usos práticos, como a produção de fotografias e vídeos, a utilização do local como cenário para propagandas comerciais e políticas, entre outras apropriações. Taís táticas, oriundas da experiência cotidiana desses sujeitos e não de uma orientação institucional, demonstram como a Capelinha e o Lajedo continuam sendo constantemente apropriados, vivenciados e reinterpretados pelos sujeitos que os ocupam no "lugar do outro", produzindo sentidos que extrapolam o enquadramento estratégico previamente instituído pelas as regras institucionais.

À luz das categorias de lugar e espaço, bem como das noções de estratégia e tática, podemos compreender a Capelinha das Pedras e o Lajedo do Araçá como mais do que um monumento institucionalizado: configuram-se como um espaço vivo de disputas simbólicas, práticas e sentidos. Enquanto as instâncias oficiais produzem a Capelinha como espaço normatizado, delimitado e reconhecido patrimonialmente, os sujeitos que a utilizam cotidianamente transformam esse espaço, por meio de seus usos e apropriações.

A lógica estratégica se expressa nas políticas de preservação, nas normas de acesso e no reconhecimento patrimonial, ao passo que as táticas emergem nas práticas ordinárias de moradores e visitantes que reinventam o uso do Lajedo e da Capelinha segundo suas necessidades e interesses.

Dessa forma, a distinção entre estratégias e táticas, proposta por Certeau (1998), contribui para compreender as diferentes formas de organização e apropriação dos espaços sociais. As estratégias estão associadas às instituições e aos poderes que estabelecem normas, regulamentos e formas de controle sobre determinados lugares, enquanto as táticas correspondem às práticas cotidianas dos sujeitos, que, de maneira criativa e muitas vezes sutil, reinterpretam e ressignificam esses espaços. No contexto do patrimônio cultural, essa perspectiva permite perceber que, para além das políticas institucionais de preservação, as ações e experiências da comunidade também desempenham papel fundamental na construção de sentidos e na valorização dos bens patrimoniais, evidenciando que o patrimônio é constantemente produzido e recriado nas práticas sociais.

No capítulo seguinte, serão aprofundadas as estratégias e as formas de atuação das instituições – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP – na concepção e na gestão dos bens culturais.

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, PATRIMÔNIO CULTURAL, IPHAN: BASES CONCEITUAIS

O conceito da Educação Patrimonial é apresentado no *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999)[16] como um processo *permanente* e *sistemático* de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como *fonte primária* de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Reforçando que ao aproximar os sujeitos de seus bens culturais, torna-se possível fomentar a construção de uma consciência crítica acerca da realidade histórica e social. No Guia, também é apresentada a metodologia, que será abordada mais detalhada na seção 3.1. intitulada *A Educação Patrimonial e o Ensino de História*. Antes disso, será apresentada a criação, a estrutura organizacional e a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, bem como as bases conceituais do termo Patrimônio Cultural a partir do artigo 216 da Constituição Federal de (1988). Além disso, apresenta-se o conceito sob uma perspectiva linguística, com base na definição de Funari (2007) na obra *Arqueologia e Patrimônio*, e entre outras questões relacionadas à Educação Patrimonial.

Ao tratar da Educação Patrimonial, é imprescindível mencionar o Instituto oficial responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Para além da salvaguarda dos bens culturais do país, o Instituto também inclui, em sua agenda de atuação, a realização de ações educativas voltadas à Educação Patrimonial. No que se refere à sua criação, conforme destaca Fonseca (2009)[17], remonta a 1936, quando foi instituído com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, a partir de um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em atendimento a uma solicitação do então ministro da Educação e Saúde Pública do governo Getúlio Vargas (1934 - 1945), Gustavo Capanema.

Desde a criação do IPHAN, Mário de Andrade, já demonstrava preocupações voltadas para à dimensão educativa. Essa preocupação evidenciava que a proteção do patrimônio não se limitava apenas aos aspectos técnicos de tombamento e conservação, mas envolvia também a formação de uma consciência coletiva acerca da importância da educação, ou seja, à função social do IPHAN. A respeito disso, Fonseca (2009) destaca:

---

[16] HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial.* Brasília, DF: IPHAN, 1999.

[17] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (p.97). Maria Cecília faz uma análise a partir dos processos de tombamento instaurados entre 1970 e 1990, evidenciando e contextualizando as transformações nas políticas de proteção do patrimônio histórico.

> A preocupação de Mário de Andrade não se restringia à conceituação de patrimônio, mas também dizia respeito à caracterização da função social do órgão, o que implicava detalhar atividades que facilitassem a comunicação com o público. Na verdade, para Mário, a atuação do Estado na área da cultura devia ter como finalidade principal a **coletivização do saber**, daí sua preocupação e mesmo seu envolvimento na questão educacional. Em carta a Paulo Duarte (1977, p. 151), Mario disse certa vez que defender o nosso património histórico e artístico "é alfabetização". Essa era a concepção que norteava a atuação do Departamento de Cultura, iniciativa considerada então pioneira na área da cultural. Mário acreditava que, divulgando as produções artísticas, tanto as eruditas como as populares, criando condições de acesso a essas produções, se estaria, contribuindo para despertar a população para o que costumava ficar reservado para o gozo das elites - a função estética. Desse modo, se estaria, ao mesmo tempo, democratizando a cultura e despertando na população o sentimento de apego às coisas nossas (FONSECA, 2009, p. 102).

Para Mário, a proteção do patrimônio cultural do país, não significava apenas conservar objetos, edificações, sítios arqueológicos e monumentos, mas promover a *"coletivização do saber"*, de modo a tornar o patrimônio cultural acessível, compreensível e significativo para os diversos grupos da sociedade, especificamente para àqueles historicamente afastados do acesso aos bens históricos, tradicionalmente restritos às elites. Essa preocupação se articula com a definição da Educação Patrimonial, cujo entendimento é aproximar a sociedade de seus bens culturais.

A criação, pelo Estado brasileiro, de um Instituto destinado à proteção do patrimônio cultural do país não se consolidou de um dia para o outro, mas esteve diretamente vinculado às discussões internacionais acerca da proteção dos bens culturais em âmbito global. As *Cartas Patrimoniais Internacionais*[18], assim como os debates consolidados em Conferências, Fóruns, Cartas e Declarações, exerceram influência significativa na incorporação progressiva desses referenciais de preservação na criação do IPHAN.

Conforme ressalta Fonseca (2009)[19], no anteprojeto de criação do SPHAN – atual IPHAN –, Mário de Andrade (1981, p. 39-54) elaborou uma concepção de Patrimônio extremamente inovadora para sua época, antecipando, em diversos aspectos, princípios que só seriam formalizados posteriormente, nas Carta de Veneza (1964)[20].

---

[18] As *Cartas Patrimoniais Internacionais* foram elaboradas a partir de encontros realizados em diversos países, com a finalidade de orientar as práticas de preservação do patrimônio em âmbito global. Esses documentos tornaram-se importantes referências, reunindo debates entre especialistas e definindo princípios, conceitos e diretrizes para a proteção dos bens culturais. Ademais, organismos internacionais, como a *UNESCO* e o *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)*, desempenham papel na orientação dos processos de preservação e no reconhecimento do patrimônio histórico e cultural em âmbito mundial. Para conferir a *Lista dos Patrimônios Mundial reconhecidos* encontram-se nas referências.

[19] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (p.99).

[20] A *Carta de Veneza (1964)* foi um documento que ampliou a noção de conservação ao incorporar a relevância do entorno dos bens culturais e a *Carta de Atenas (1931)* é considerada a primeira Carta Patrimonial centrada na

Ao integrar em um mesmo conceito de arte tanto as manifestações eruditas quanto as populares, Mário reconheceu o caráter simultaneamente particular, nacional e universal da arte considerada autêntica, isto é, digna de proteção.

O Brasil não apenas aderiu às *Cartas Patrimoniais*[21], como também participou e elaborou algumas delas, especialmente no contexto latino-americano. Esses documentos estabeleceram diretrizes, normas e critérios voltados à preservação, conservação e restauração do patrimônio cultural. Reunidas e disponibilizadas para consultas no *site* do IPHAN, as Cartas consolidaram-se como referenciais para a atuação de profissionais e pesquisadores da área do patrimônio cultural.

Quanto a atuação do IPHAN, este articula-se com os governos estaduais por meio do *Sistema Nacional do Patrimônio Cultural – SNPC*[22] que corresponde à quinta meta do *Plano Nacional de Cultura – PNC* que tem como finalidade promover a gestão compartilhada do patrimônio cultural brasileiro. O SNPC atua no desenvolvimento de políticas de preservação que estabelecem princípios e normas para as ações de conservação, especialmente no que se refere à coordenação entre municípios, estados e o governo federal, bem como à criação de um sistema de financiamento capaz de fortalecer as instituições, estruturar o sistema e consolidar suas ações.

Essa articulação do IPHAN com os governos estaduais estrutura-se em três eixos. O primeiro, a *coordenação,* refere-se à definição de instâncias responsáveis por integrar os diferentes níveis e agentes envolvidos, garantindo maior coerência e efetividade às ações. O segundo, a *regulação*, estabelece conceituações comuns, princípios e normas gerais que orientam a atuação institucional, assegurando unidade e padronização nos procedimentos. Já o terceiro eixo, o *fomento*, diz respeito à criação de incentivos voltados sobretudo ao fortalecimento institucional, à organização de sistemas nacionais de informação e ao apoio a

---

proteção de monumentos arquitetônicos e no respeito à autenticidade. No *site IPHAN* encontram-se essas e outras Cartas.

[21] A *Carta de Petrópolis* (1987), resultante do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos; a *Carta de Brasília* (1995), documento regional do Cone Sul sobre autenticidade; a *Carta de Fortaleza* (novembro de 1997), elaborada no seminário *Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção*; a *Carta de Mar del Plata* (junho de 1997), documento do Mercosul sobre patrimônio intangível; o documento de *Cartagena de Índias, Colômbia* (maio de 1999), Decisão nº 460, sobre a proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina; e o *Compromisso de Brasília* (abril de 1970), resultante do I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Disponível nas referências.

[22] No *site do IPHAN* encontram-se mais informações sobre o *Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – SNPC* e o *Plano Nacional de Cultura – PNC.* Disponível nas referências.

projetos articulados. Orientado por esses pilares e com o objetivo de democratizar o acesso e o conhecimento sobre os bens históricos do país, dos estados e dos municípios, a gestão do patrimônio passa a considerar as especificidades de cada categoria – Patrimônio Material, Imaterial, Arqueológico e Mundial –, promovendo uma política que seja integrada, inclusiva e eficaz.

E se realizam através das *Superintendência* do IPHAN[23] presentes em cada estado da federação. De acordo com o próprio IPHAN, a Superintendência do Instituto na Paraíba foi oficialmente instalada em 2004, então denominada 20ª Superintendência Regional. Contudo, a atuação do órgão no estado remonta a 1938, com os primeiros processos de tombamento de edificações de arquitetura religiosa e militar datadas do século XVI.

As principais funções das superintendências estaduais são: *Proteção e Fiscalização*: Analisam, aprovam e fiscalizam projetos de intervenção em bens protegidos (tombados) pela legislação federal, além de determinar embargos de obras irregulares e aplicar sanções. *Gestão do Patrimônio*: Instruem propostas de tombamento (material) e registro (imaterial), além de gerenciar sítios arqueológicos e fiscalizar pesquisas arqueológicas nos estados. *Ações de Restauração e Recuperação*: Planejam e executam obras de restauração em museus, igrejas, conjuntos históricos e edificações públicas. *Articulação Institucional*: Atuam junto aos governos estaduais, municipais e à sociedade civil, promovendo a cooperação técnica para a salvaguarda do patrimônio. *Educação Patrimonial*: Promovem ações de valorização do patrimônio, conscientizando a população sobre a importância de preservar a história e identidade local. *Supervisão Técnica*: Supervisionam as atividades dos Escritórios Técnicos do IPHAN localizados em cidades históricas.

Vale ressaltar que, a criação do IPHAN ocorreu em 1937, durante o Estado Novo 1937-1945, período marcado pela centralização do poder sob o governo de Getúlio Vargas, pelo fortalecimento do nacionalismo e pela busca de construção de uma identidade cultural brasileira única. Nesse contexto, o Estado passou a intervir de forma sistemática na preservação do patrimônio cultural, entendendo-o como instrumento de afirmação da memória nacional e de legitimação do projeto político vigente.

[23] No *site* do *IPHAN*, apresenta mais detalhes sobre a Superintendência da Paraíba. Disponível na referencias.

Tratando do conceito de patrimônio cultural – que teve várias definições ao longo tempo –, recorre-se, inicialmente, ao sentido linguístico do termo apresentado por Funari (2007)[24] que diz:

> As línguas românicas usam termo derivadas do latim *patrimonium* para se referir à "propriedade herdada pelo pai ou dos antepassados, uma herança". Os alemães usam *Denkmalpflege,* "o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar", enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito "aquilo que foi ou pode ser herdado" mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seus uso dos feriados de *patrimonium,* também passou a ser usado como referência dos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, "levar a pensar", presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*) e os antepassados, implícitos nas "heranças". (...) há também uma definição mais econômica e jurídica, "propriedade cultural", comum nas línguas românicas (cf. em italiano, *beni culturali*), o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma "propriedade". Como a própria definição de "propriedade" é política, "a propriedade cultural é sempre uma questão política não teórica", ressalvava Carandini (1979;234). (FUNARI, 2007, p. 59).

É evidente que o conceito de patrimônio cultural não possui definição única ou neutra, mas historicamente construído e semanticamente diverso conforme os contextos linguísticos, históricos e culturais. Ao analisar termos como *patrimonium*, *heritage* e *Denkmalpflege*, Funari demonstra que todos carregam uma dimensão simbólica ligada à memória, à herança e à relação com os antepassados, ressaltando a ideia de lembrança e de algo que "leva a pensar" do termo latino de raiz grega *moneo*.

A partir da Constituição Federal de (1988), por meio do artigo 216, ampliou-se o conceito de patrimônio cultural anteriormente definido pelo Decreto-Lei nº 25 de (1937), criado no contexto da instituição do IPHAN. Ao substituir a denominação "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" por "Patrimônio Cultural Brasileiro", a Constituição ampliou a compreensão acerca dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo ao incorporar a dimensão do patrimônio imaterial[25].

---

[24] FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia e patrimônio.* Erechim: Habilis, 2007. Analisa as relações entre a prática arqueológica e as políticas de preservação do patrimônio cultural, ressaltando o papel social da arqueologia na construção da memória e da identidade. Apresenta, também, a ampliação do conceito de patrimônio, ao incorporar bens materiais e imateriais, examinando os usos sociais do passado, evidenciando as disputas simbólicas, os interesses políticos e as relações de poder que atravessam os processos de patrimonialização. Por fim, problematiza a atuação de especialistas e instituições, defendendo uma arqueologia pública e inclusiva, comprometida com a participação das comunidades.

[25] Segundo o *site* do *IPHAN*, o *patrimônio cultural imaterial* abrange os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares que funcionam como referências da identidade e da memória coletiva de diferentes grupos sociais, sendo transmitidos de geração em geração. Sua salvaguarda é realizada por meio do *registro,* e não do tombamento, organizado em quatro Livros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Disponível nas referências.

Conforme dispõe o artigo 216 da Constituição Federal de (1988):

> Artigo 216 - O patrimônio cultural brasileiro **compreende as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais, bem como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.**
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;
> (BRASIL,1988, Artigo 216). Grifo da autora.

Já o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de (1937)[26] dispõe:

> CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
> Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o **conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.**
> § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
> § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também **sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pelo natureza ou agenciados pelo indústria humana.**
> Art. 2º. A presente lei se **aplica às coisas pertencentes às pessôas naturais, bem como às pessôas jurídicas de direito privado e de direito público interno.**
> Art. 3º. Exclúem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de orígem estrangeira:
> 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
> 2) que adornem quaisquer veículos pertecentes a emprêsas estrangeiras, que façam carreira no país;
> 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civíl, e que continuam sujeitas à lei pessoal do proprietário;
> 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
> 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
> 6) que sejam importadas por emprêsas estrangeiras expressamente para adôrno dos respectivos estabelecimentos;
> Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (IPHAN, 2026). Escrito conforme a grafia original da Lei e grifo da autora.

A Constituição Federal de (1988) estabeleceu uma ampliação significativa do conceito de patrimônio cultural ao reconhecer, além dos bens materiais, o patrimônio cultural imaterial. Esse reconhecimento refletiu o contexto democrático e plural vivenciado pelo Brasil naquele período, ao reconhecer a diversidade cultural do país e valorizar os diferentes

[26] O texto integral do *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de (1937)*, encontra-se disponível em formato PDF nas referências. Ressalto que é um texto público disponível no site do IPHAN.

grupos sociais como sujeitos produtores de cultura. Com isso, o entendimento de patrimônio cultural deixou de se restringir a uma lógica seletiva e excepcional, passando a incorporar uma perspectiva mais ampla, dinâmica, democrática e socialmente referenciada.

Configurando-se como um marco histórico, essa ampliação reafirma a atuação do IPHAN e amplia horizontes e possibilidades, sobretudo no campo da Educação Patrimonial. Ao investigar a definição, a metodologia e o objetivo da Educação Patrimonial no contexto de 1937 – ano de criação do IPHAN – tal concepção ainda não estava sistematizada no Brasil, passando a ser mencionada e desenvolvida a partir da década de 1980. Conforme destaca Teixeira (2008)[27], a definição e proposta metodológica da Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil a partir do 1º Seminário realizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1983, inspirado em experiências educacionais desenvolvidas na Inglaterra, que, ao ser incorporada ao contexto brasileiro, tal proposta foi sendo progressivamente adaptada e aperfeiçoada de acordo com as realidades patrimoniais locais.

Essa adaptação e o aperfeiçoamento à realidade brasileira evidenciam a pluralidade do Patrimônio Cultural, que abrange bens de natureza material, imaterial, ambiental, natural e construída, bem como categorias específicas, a exemplo do patrimônio arqueológico, histórico, museológico, ecológico, científico, artístico e paleontológico. No contexto brasileiro, essa diversidade patrimonial expressa a multiplicidade histórica, étnica e social que compõe o país. Trata-se de uma riqueza cultural resultante dos distintos processos de formação nacional, marcados pelo encontro, pela resistência e pela mistura entre povos indígenas, africanos e europeus, cujas contribuições moldaram a identidade cultural brasileira, bem como os patrimônios culturais.

O IPHAN, ao longo dos anos, tem buscado consolidar uma postura educativa em todas as suas ações institucionais, compreendendo a educação como eixo estruturante de sua atuação. Cada representação do Instituto no território nacional se constitui como um espaço de diálogo e de construção coletiva com a sociedade, voltado à formulação de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e valorização do patrimônio cultural. *O Projeto Casas do Patrimônio*[28] é uma das iniciativas nesse campo. As orientações que fundamentam

[27] TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. *Educação Patrimonial no Ensino de História. Biblos*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008. (p.203).

[28] É um projeto pedagógico, com ações voltadas à Educação Patrimonial e de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. Fundamentam-se, na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o *IPHAN*, a sociedade e os poderes públicos locais. No *site do IPHAN* apresenta mais informações detalhadas sobre o Projeto. Disponível nas referências.

as ações da Educação Patrimonial do IPHAN resultam de um amplo e contínuo processo de debates internos, aprofundamentos teóricos e avaliações das experiências educativas direcionadas à preservação do patrimônio cultural do país.

Segundo Florêncio (2012)[29], a Educação Patrimonial deve ser compreendida como um processo de mediação entre a sociedade, os sujeitos e os bens culturais. Ao se constituir como um campo específico de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, essa prática superou as ações restritas a acervos e edificações isoladas, passando a considerar os espaços territoriais como documentos vivos, passíveis de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas.

Já Apolinário (2012)[30], diz que quando a Educação Patrimonial é integrada ao ensino de História, constitui um importante meio de valorização da diversidade cultural e de problematização das diferentes memórias e identidades. Para a autora, por meio de ações voltadas à preservação e à compreensão do patrimônio cultural, essa prática torna-se um instrumento de exercício da cidadania, possibilitando que sujeitos das camadas populares se reapropriem de uma herança cultural historicamente desvalorizada pela educação elitista. Dessa forma, a Educação Patrimonial contribui para a construção de um sentimento de pertencimento nos espaços escolares.

A Capelinha das Pedras é um exemplo concreto, literalmente, do potencial para o desenvolvimento de ações educativas no âmbito da Educação Patrimonial. Localizada no centro da cidade, integra de modo significativo a história do município, as memórias dos esperancenses e a dinâmica social da comunidade. Embora já existam iniciativas dessa natureza – educacional – em Esperança, elas ocorrem de forma pontual e, em geral, vinculadas a eventos específicos, como o centenário da emancipação política do município e a celebração dos cem anos da edificação do monumento, ambos comemorados em 2025.

O clima festivo vivenciado pela cidade impulsionou a realização de diversas atividades culturais e pesquisas tanto no âmbito escolar quanto acadêmico. Nas escolas da rede municipal, foram desenvolvidas produções audiovisuais e exposições culturais. Já na mídia local, matérias jornalísticas foram produzidas. No campo acadêmico, destacam-se três

---

[29] FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. *Educação patrimonial: um processo de mediação*. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (p.22).

[30] APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Reflexões sobre a educação patrimonial e a experiência da diversidade cultural no ensino de História.* In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (p.56).

trabalhos de conclusão de curso: *A Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Esperança-PB: a construção da memória e seu uso político*[31], *A capelinha das pedras e o lugar geográfico: construindo possibilidades de valorização e inclusão*[32] e esta monografia *"Capelinha das Pedras": História e Educação Patrimonial em Esperança-PB*. Aproveito para destacar também, o cordel de minha autoria em homenagem aos cem anos da edificação da Capelinha das Pedras e do Centenário de emancipação política de Esperança.

Cordel dedicado ao Centenário da Capelinha das Pedras e ao Centenário da emancipação política de Esperança (1925 – 2025)

No alto do bairro Beleza, reluz a fé verdadeira,
Capelinha das Pedras, jóia simples e certeira.
Cem anos guardando história, promessa e devoção,
Erguida por mãos humildes, alicerce do coração.

Entre pedras e orações, o povo vem celebrar,
Maria do Perpétuo Socorro à todos vem abençoar.
Esperança se enfeita inteira, com canto, flor e bandeira,
Pois cem anos de fé faz viva essa capelinha altaneira.

E o sino que o tempo embala, ainda ecoa no chão,
Chamando os filhos da terra pra reavivar a tradição.
Na memória do seu povo, permanece a lição:
Patrimônio preservado é a raiz da nossa história.

Terra fértil e acolhedora, de gente forte e valente,
Esperança faz cem anos, cidade de boa gente.
Teu progresso e tua garra são motivos de louvor,
Do passado ao presente, segues firmes com valor.

És símbolo de cultura e tradição,
Teu povo é teu tesouro, tua fé é tua missão.
Entre festas e memórias, resplandece a trajetória:
Esperança centenária, orgulho da nossa história!

Autora: Aline Alves da Silva.

---

[31] FELICIANO, Gabriel Mateus. *A Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Esperança-PB: a construção da memória e seu uso político.* 57 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2025.

[32] SILVA, José Lucas de Oliveira. *A capelinha das pedras e o lugar geográfico: construindo possibilidades de valorização e inclusão.* Artigo (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2025.

Paralelamente, a classe política e comercial também produziram suas homenagens por meio de mensagens e vídeos publicados em redes sociais. No tradicional desfile de 7 de Setembro – realizado excepcionalmente no mês de novembro em razão das comemorações do centenário de emancipação política –, a Capelinha foi um dos principais destaques, conforme se observa na Figura 25.

Figura 25 - Capelinha no desfile 7 de setembro realizado em 30 de novembro de 2025.



Fonte - Arquivo pessoal da autora, 2026.

Figura 26 - A Imprensa registra imagens da Capelinha em 2025.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2025.

A imprensa dos municípios circunvizinhos também estiveram presentes no monumento, registrando imagens e realizando entrevistas em referência às comemorações do centenário de emancipação política do município e aos cem anos de sua edificação, conforme se observa na Figura 26. Essas coberturas midiáticas tiveram como objetivo também, divulgar os eventos comemorativos e, ao mesmo tempo, ampliar a visibilidade sobre a existência da Capelinha das Pedras em outros municípios da região.

Diante do exposto, compreende-se que as definições dos termos Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural e a atuação do IPHAN constituem fundamentos para a compreensão das políticas e práticas de preservação patrimonial no Brasil. A ampliação do conceito de patrimônio cultural, sobretudo a partir da Constituição Federal de (1988), possibilitou o reconhecimento de diferentes manifestações culturais, materiais e imateriais, ampliando também as possibilidades de atuação educativa. Nesse contexto, a Educação Patrimonial destaca-se como um importante instrumento de mediação entre sociedade e patrimônio, ao promover a valorização, a apropriação social e a preservação dos bens culturais. Assim, ao articular fundamentos conceituais, institucionais e educativos, esse campo contribui para fortalecer a consciência histórica e o sentimento de pertencimento das comunidades em relação ao seu patrimônio cultural.

3.1. A Educação Patrimonial e o Ensino de História

A relação entre Educação Patrimonial e Ensino de História revela-se fundamental para a compreensão e valorização do patrimônio cultural no contexto educacional local. Ao ser incorporada às práticas pedagógicas, a Educação Patrimonial amplia as possibilidades do ensino de história, ao aproximar os estudantes de referenciais históricos culturais presentes em âmbito local. Nesse sentido, o patrimônio cultural passa a ser compreendido não apenas como objeto de preservação, mas também como fonte de conhecimento histórico, possibilitando reflexões sobre história, memória, identidade, cultura, política e pertencimento. Assim, ao dialogar com os conteúdos e metodologias do Ensino de História, a Educação Patrimonial torna-se um um tema indispensável à construção de aprendizagens significativas e ao desenvolvimento de uma consciência histórica crítica e cidadã.

A Educação Patrimonial dialoga diretamente com as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, especialmente aquelas voltadas ao estudo dos patrimônios material e imaterial. Embora o documento não apresente uma seção específica dedicada a essa temática, sua abordagem pode ser incorporada de maneira transversal e interdisciplinar aos conteúdos já previstos no currículo escolar e no planejamento das aulas, contemplando disciplinas como História, Geografia e Artes, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio e na educação de jovens e adultos – EJA.

As homenagens direcionadas à Capelinha das Pedras foram significativas, porém ficaram restritas a um contexto de celebração, relacionado ao centenário de emancipação

política do município. Ressaltar e homenagear um patrimônio cultural apenas em datas comemorativas não corresponde, por si só, à proposta da Educação Patrimonial, que estabelece um processo educacional contínuo e sistemático.

Essas iniciativas mostram-se relevantes por ampliarem a visibilidade e valorizarem o patrimônio local, além de contribuírem para o desenvolvimento de uma consciência histórica e crítica entre os estudantes. No entanto, a implementação de ações sistematizadas e contínuas, orientadas pela Educação Patrimonial, tende a potencializar efeitos informativos, formativos e de conscientização acerca da história do município e de seus bens culturais. Tal perspectiva evidencia a necessidade de que a Prefeitura Municipal de Esperança estabeleça articulação com o IPHAEP, a fim de promover iniciativas sistemáticas voltadas à Educação Patrimonial.

Conforme, Florêncio (2012), no que diz respeito à prática educativa, o patrimônio cultural deve ser compreendido como um tema transversal, interdisciplinar e até transdisciplinar, sendo um elemento essencial para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como ambientes formativos. (FLORÊNCIO, 2012, p. 26). É fundamental incentivar o envolvimento das instituições que participam dos processos educacionais, como a Prefeitura de Esperança, por meio da Secretaria de Educação, no desenvolvimento de ações voltadas à Educação Patrimonial.

O *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999)[33] publicado pelo IPHAN, em parceria com o Museu Imperial de Petrópolis – RJ, e elaborado por Maria de Lourdes Pereira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, constitui-se referência na área – ainda que existam outros materiais igualmente relevantes. Para além de discutir o conceito de Educação Patrimonial, o texto explicita seus objetivos e apresenta os procedimentos metodológicos que orientam sua aplicação. A proposta metodológica organiza-se em quatro etapas, as quais podem ser desenvolvidas tanto em atividades *in loco* junto à comunidade – conforme orienta o Guia – quanto no âmbito das instituições escolares.

[33] Ressalta-se que além do *Guia Básico da Educação Patrimonial*, outro projeto deu sua contribuição para a Educação Patrimonial. O *Projeto Interação* realizado entre os anos 1981 e 1986, surgiu de uma proposta da Secretaria de Cultura do MEC e teve como finalidade o apoio a ações marcadas pela participação da comunidade e dos professores em todos os níveis dos processos educacionais; pela produção de alternativas pedagógicas e seus respectivos métodos e materiais didáticos; e pela inserção de novos conteúdos pautados no fortalecimento das referências culturais, assumindo que o processo educacional é mais amplo do que a escolarização e não se restringe ao espaço da escola. No *site do IPHAN* apresenta mais detalhes. Disponível nas referências.

São elas: *Observação* – etapa inicial voltada para o contato direto com o bem cultural. Envolve a percepção atenta de seus aspectos físicos, formais e simbólicos, estimulando o olhar crítico dos participantes/estudantes por meio da descrição, comparação e reconhecimento dos elementos que compõem o patrimônio/monumento. *Registro* – consiste na sistematização das informações observadas, por meio de anotações, desenhos, fotografias, esquemas, mapas ou outras formas de documentação. Essa etapa permite organizar e fixar os dados e informações coletadas, favorecendo a compreensão do bem cultural e servindo como material de pesquisa. *Exploração* – refere-se ao aprofundamento do conhecimento sobre o patrimônio, envolvendo pesquisas históricas, análises de fontes, entrevistas, levantamento de informações sobre o contexto de produção, usos, funções e significados atribuídos ao bem ao longo do tempo e a *Apropriação* – etapa final que busca estimular a apropriação crítica e o reconhecimento do patrimônio como referência cultural. Envolve reflexões, debates, socialização dos resultados observados e registrados nas etapas anteriores, produções educativas e ações que contribuam para a preservação e valorização dos bens culturais.

Essas etapas articulam-se de forma dinâmica e não linear, orientando como a metodologia da Educação Patrimonial pode ser aplicada. Na imagem abaixo apresenta o Quadro V, p. 9 do Guia mostrando as etapas, que foram descritas anteriormente.

ETAPAS	RECURSOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive…	• **Identificação** do objeto/função/significado; • Desenvolvimento da **percepção visual** e **simbólica.**
2) Registro	Desenho, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas…	• **Fixação do conhecimento** percebido aprofundamento da **observação** e **análise crítica;** • **Desenvolvimento** da memória, pensamento lógico, intuitivo e operação.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	• **Desenvolvimento das capacidades** de análise e julgamento crítico, **interpretação** das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, rejeitará, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	• **Envolvimento afetivo,** internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, **valorização** do bem cultural.

Guia Básico de Educação Patrimonial, 1999, QUADRO V, P. 9

Ao tratar do conceito de Educação Patrimonial, Horta, Grunberg e Monteiro a definem:

> Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contado direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural.** (...) A Educação Patrimonial é um **instrumento** de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **auto-estima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4). Grifo dos autores.

O *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999) enfatiza, sobretudo, a participação ativa da comunidade no desenvolvimento das ações educativas. Contudo, também contempla

outros contextos, como o escolar. Além disso, a metodologia é flexível e adaptável aos diferentes contextos locais, reconhecendo a diversidade cultural das regiões brasileiras. Oferecendo aos professores e educadores culturais um referencial teórico-metodológico para o planejamento de aulas, tanto em atividades *in loco* quanto em sala de aula e nas comunidades.

> (...) pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico. Uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da **relação** entre indivíduo e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4). Grifo dos autores.

A análise de um patrimônio cultural é realizada a partir de um conjunto de perguntas orientadoras, por exemplo, a investigação que considera os aspectos físicos e materiais, o desenho, a forma, a função e o uso. Essas informações são levantadas a partir da etapa da observação prevista no Quadro V do Guia, o que indica que, para responder às questões propostas nas perguntas orientadoras da metodologia, é necessário estar em contato direto com o bem. Ou ainda, considerando uma aula em sala de aula, por meio da projeção de imagens relacionadas ao bem patrimonial. A esse respeito, os autores enfatizam:

> É importante notar que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Nesse processo de etapas sucessivas de **percepção**, **análise e interpretação** das expressões culturais é necessário **definir e delimitar** os **objetos** e **metas** da atividade, de acordo com o que se quer alcançar, e com a natureza e complexidade do objeto estudado. Por exemplo, um **museu**, definir o tema a ser abordado, em um **monumento** ou uma **cidade,** definir os aspectos a serem investigados (arquitetônico, urbanístico, social, econômico, histórico etc…). Num simples monumento podemos analisar os aspectos construtivos e materiais, a área de entorno, o interior, o aspecto decorativo, o mobiliário, os habitantes ou usuários, as transformações ocorridas no tempo. Cada um desses aspectos oferece uma infinidade de enfoques a abordar. Uma vez definido o objeto/fenômeno/tema de estudo, a ação educativa se desenvolverá ao longo das seguintes etapas metodológicas do quadro V. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 8). Grifo dos autores.

Quanto ao ensino de História, quando abordado a partir do patrimônio cultural, amplia o repertório formativo e cultural dos estudantes e favorece uma aprendizagem dinâmica, crítica e plural, ao permitir que a compreensão histórica se construa a partir dos bens patrimoniais. Essa perspectiva contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, para a ampliação do acesso aos monumentos históricos, para a valorização das identidades culturais e para o estímulo à preservação do patrimônio cultural, dimensões que também integram a formação cidadã. Como desdobramento, consolida-se um processo de

aprendizagem significativo, contextualizado e dinâmico, capaz de promover o diálogo intergeracional e de estreitar as relações entre escola, comunidade e território.

Dessa forma, o Guia orienta práticas educativas que favorecem a compreensão do patrimônio cultural – material e imaterial – como um bem coletivo, cuja preservação depende do envolvimento consciente da sociedade. E esse engajamento social, por sua vez, está diretamente relacionado aos processos educativos e à própria Educação Patrimonial, que evidencia a relevância histórica e cultural dos bens que, em sua diversidade, constituem os estados e as cidades brasileiras e o país como um todo.

Dessa forma, a Educação Patrimonial, articulada ao Ensino de História, configura-se como uma importante estratégia pedagógica para a valorização e a preservação do patrimônio cultural. Compreendido não apenas como um vestígio do passado, mas como um elemento vivo da cultura, capaz de promover reflexões críticas sobre a memória, a sociedade e as transformações históricas. Assim, sua inserção nas práticas de ensino fortalece o processo educativo e amplia as possibilidades de aprendizagem significativa no área da História.

No capítulo seguinte, apresenta o desenvolvimento da problemática da pesquisa e os apontamentos das possibilidades para minimizar as lacunas identificadas com relação à atuação do IPHAEP nos municípios do interior com ênfase em Esperança.

4. AÇÕES E LACUNAS DO IPHAEP NO INTERIOR E EM ESPERANÇA

Retomando a problemática da pesquisa, que consiste na análise da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP nos municípios do interior do estado, com ênfase em Esperança, onde foram identificadas lacunas nas ações voltadas à Educação Patrimonial por parte do IPHAEP. E a partir dessa constatação, emerge a seguinte questão: *de que modo o IPHAEP pode atuar de forma contínua e sistemática nos municípios do interior e particularmente em Esperança?* Aqui será descrita sua atuação e as lacunas identificadas em Esperança. Em seguida, serão apontadas as possibilidades para minimizar as lacunas identificadas. Primeiramente, vamos a contextualização do processo de criação do IPHAEP.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, é um Órgão de Regime Especial do Governo da Paraíba[34], vinculado à Secretaria de Cultura do Estado, cuja função é a preservação do acervo patrimonial, tangível e intangível, do Estado paraibano. Com sede na cidade de João Pessoa, capital do Estado, e sob a direção de Tânia Maria Queiroga Nóbrega, atual diretora-executiva, o Instituto foi fundado em 31 de março de 1971, por meio do Decreto-Lei nº 5.255.

Sua atuação é regida pela Lei nº 9.040, de 30 de dezembro de 2009[35], que estabelece seus objetivos, estrutura e organização. Compete-lhe a identificação, tombamento[36] e a conservação de bens de relevância histórica, artística e cultural – materiais ou imateriais – que não se encontram sob a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no estado. Oliveira (2010)[37] ao tratar da fundação do IPHAEP, afirma:

> A data 31 de março de 1971 é o marco fundamental para o patrimônio histórico e artístico no Estado da Paraíba (...). Fruto direto do decreto-lei n 5.255, assinado pelo então Governador Ernani Sátyro, e devendo fazer parte da estrutura organizacional da secretaria de Educação e Cultura, o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP - tinha como finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob a proteção e guarda do Patrimônio

[34] *O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP* é uma autarquia vinculada ao Governo do Estado da Paraíba, que passou a funcionar sob regime especial a partir do *Decreto nº 7.651, de 28 de julho de 1978,* o qual lhe assegurou autonomia administrativa e financeira.

[35] *Lei nº 9.040, de 30 de dezembro de 2009.* Disponível nas referências.

[36] Lista de Municípios com *Centros Históricos tombados pelo IPHAEP*. Disponível nas referências.

[37] OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano.* Políticas Públicas: memórias e experiências, v. 22, n. 30, 2010. (p.55-81). Analisa as políticas de preservação desenvolvidas pelo IPHAEP desde sua fundação, no início da década de 1970, até os primeiros dez anos dos anos 2000 e sua atuação nos processos da construção e institucionalização do patrimônio cultural paraibano. Entendo que o Patrimônio Cultural é uma produção histórica e social atravessada por escolhas políticas e simbólicas.

> Histórico e Artístico Nacional e compreenderia os bens de caráter histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico. Os recursos necessários para o funcionamento do IPHAEP viriam do fundo de cultura, ficando ao encargo do Conselho Estadual de Cultura que teria um prazo de trinta dias para a elaboração do regulamento de funcionamento do Instituto (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

A fundação do IPHAEP não se deu ao acaso, esteve associada à interesses políticos relacionados às estratégias de desenvolvimento econômico e a integração da região Norte/Nordeste ao cenário nacional, a chamada *"Integração Nacional"*. Esses territórios eram compreendidos, pelo governo da época, como áreas subdesenvolvidas e não integradas à economia nacional.

Segundo Soares (2015)[38], o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), no período da Ditadura Civil-Militar, sobretudo entre o final da década de 1960 e o início da de 1970, implementou políticas econômicas voltadas ao chamado "desenvolvimento" dessas regiões. Entre essas ações, destacava-se a valorização do Patrimônio Cultural como estratégia de fomento ao turismo, entendido como meio de geração de recursos econômicos.

Outro fator determinante na fundação do IPHAEP foi a complementação da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, cujas ações se concentram no cuidado dos bens de interesse nacional, cabendo ao IPHAEP, na esfera estadual, o cuidado com o Patrimônio Cultural do estado. A gestão do patrimônio cultural no Brasil ocorre de forma compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal, por meio de instrumentos jurídicos e administrativos, como o tombamento, aplicado aos bens de natureza material, e o registro, destinado ao reconhecimento e à salvaguarda do patrimônio imaterial.

Ou seja, o IPHAN (Federal) responsável pela preservação do patrimônio histórico cultural brasileiro em nível nacional, atuando na proteção de bens móveis, imóveis e imateriais cuja conservação é de interesse público para o país, por seu valor histórico, artístico, arqueológico ou etnográfico, e o IPHAEP (Estadual) de cuidar do patrimônio da Paraíba, através do registro de bens imateriais e tombamento de bens móveis e imóveis que possuem reconhecido valor histórico, artístico, cultural, ecológico e paisagístico para o estado, ou seja, aqueles que não são necessariamente geridos pelo IPHAN.

---

[38] SOARES, Felipe Menezes. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974).* 2015 (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. (p.8). Aprofunda a explicação do período e suas políticas.

Quanto aos municípios, estes podem tombar seus patrimônios por meio de leis próprias (leis municipais), bem como por atos administrativos (decretos). Como foi o caso da Capelinha das Pedras, declarada patrimônio histórico cultural e material do município, através da Lei Ordinária número 406 de 30 de dezembro de 2019.

A Constituição Federal do Brasil de (1988) nos artigos 23 e 38 concede aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para proteger o patrimônio cultural. Os dois órgãos IPHAN e IPHAEP, tem suas independências de atuação, mas também trabalham de forma articulada para garantir a proteção integrada do patrimônio cultural paraibano, especialmente em cidades históricas onde há bens tombados por ambos os Institutos, como por exemplo, o Conjunto Histórico e Urbanístico de Areia-PB.

O IPHAEP possui uma estrutura organizacional[39] composta por diferentes órgãos responsáveis pela direção, assessoramento, administração e execução de suas atividades. No âmbito da direção e deliberação superior, destaca-se a atuação do Diretor Executivo e do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC). O órgão de assessoramento é representado pela Assessoria Jurídica, responsável pelo suporte legal às ações institucionais. Já o órgão instrumental é constituído pela Coordenadoria Administrativa, que abrange a Divisão de Recursos Humanos e Patrimônio, a Divisão Financeira, a Subdivisão de Orçamento e Programa e a Subdivisão Financeira e Contábil. No que se refere à execução programática, o instituto conta com a Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais, que inclui a Divisão de Pesquisa e Documentação, e com a Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia, responsável por áreas como a Divisão de Cadastramento e Tombamento, a Divisão de Projetos de Proteção e Revitalização, a Divisão de Sítios Históricos e Ecológicos e a Divisão de Fiscalização, Infração e Multas. Essa estrutura possibilita ao IPHAEP desenvolver ações voltadas à identificação, proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental do estado.

No que se refere à sua atuação, esta se realiza em: (1) Ações Pedagógicas: abordam às referências históricas culturais como temas geradores de reflexão produzindo cartilhas temáticas dos patrimônios da capital e do interior[40]; (2) Projetos Práticos: promovem iniciativas que envolvem diferentes linguagens, como teatro, dança, cinema, música, artes plásticas, exposições e outras atividades; (3) Inventários Participativos: apoia a participação

[39] Quanto à estrutura organizacional do *IPHAEP* está disponível nas referências.
[40] Cartilha produzida pelo *IPHAEP* referente ao patrimônio histórico da cidade de Bananeiras-PB. Disponível nas referências.

da comunidade na identificação para tombamento e registro de bens culturais e (4) Parcerias[41]: colabora com outras instituições, como a Escola de Serviço Público da Paraíba (Espep), na realização de cursos formativos para seus servidores e outras iniciativas.

Nos municípios do interior, igrejas, casarões, praças, assim como saberes e sabores, constituem repositórios das memórias, tradições e modos de vida do povo paraibano. Mas, alguns municípios e seus bens permanecem à margem das ações educativas desenvolvidas e realizadas pelo IPHAEP no campo da Educação Patrimonial. Ao pesquisar as ações desenvolvidas pelo IPHAEP nos municípios do interior, especificamente em Esperança, constatou-se o que já se esperava, uma lacuna e a falta de material didático e informativo referente ao patrimônio do município. Por outro lado, ao analisar suas atividades na capital do estado, observa-se que as ações do IPHAEP tendem a concentrar-se no patrimônio localizado na capital, onde também se encontra sua sede.

Embora o IPHAEP firme Convênio ou Termo de Cooperação Técnica[42] com algumas Prefeituras do interior para prestação de serviços e atividades educativas, essas parcerias ocorrem de forma pontual. Como os acordos com os municípios de São João do Rio do Peixe, voltados ao centro histórico; Mamanguape, para o desenvolvimento de projetos de intervenção; e Belém, na área de preservação cultural, além de ações de requalificação realizadas em parceria com o município de Campina Grande. Contudo, apesar de existentes, essas iniciativas ainda se mostram insuficientes diante das demandas de preservação do patrimônio cultural no interior do estado.

Nos municípios, quando pesquisamos de modo geral, encontra-se a existência de alguns monumentos em estado de deterioração, tanto em áreas rurais quanto nos centros urbanos das cidades do interior. Essa realidade resulta do crescimento desordenado das cidades, das demolições para a implantação de empreendimentos comerciais, do desinteresse dos proprietários – sobretudo no caso de bens privados –, da fragilidade da atuação institucional, tanto das Prefeituras quanto do IPHAEP, e da falta de conhecimento da população acerca do valor histórico cultural desses bens, o que decorre, em grande medida, da ausência das ações educativas voltadas à Educação Patrimonial.

---

[41] Curso de capacitação destinado aos servidores do *IPHAEP*, realizado em 2015, integrando o cronograma de formação do Instituto, elaborado a partir das demandas institucionais e das necessidades identificadas pelos próprios servidores naquele período. E no site oficial do *IPHAN* estão disponíveis outras ações. Ambos disponíveis nas referências.

[42] Matéria sobre os *Convênios e Termos de Cooperação Técnica*. Disponível nas referências.

A partir das informações disponibilizadas no *site* do IPHAEP, para solicitar ao Instituto o reconhecimento de um bem cultural[43], por meio de tombamento quando o bem é material ou registro quando o bem é imaterial, qualquer pessoa física ou jurídica pode formalizar o pedido via ofício ou processo administrativo, desde que apresente documentação que comprove o valor histórico, cultural, artístico ou paisagístico do patrimônio. É importante salientar, que esse processo é demorado, pois exige análise técnica dos servidores do Instituto.

No caso da Capelinha das Pedras, sua inserção ao patrimônio histórico e cultural da Paraíba ocorreu por meio do Projeto de Lei nº 11.571, de 10 de dezembro de 2019, de autoria do deputado estadual Anderson Monteiro Costa, sendo posteriormente reconhecida como patrimônio histórico cultural material do município pela Lei Ordinária nº 406, de 31 de dezembro de 2019 sancionada pelo então prefeito da cidade à época, Nobson Pedro De Almeida. Nesse caso, observa-se a atuação de representantes da população, no exercício de mandatos em diferentes instâncias do poder público, cujas iniciativas de reconhecimento da Capelinha das Pedras se articularam tanto à sua relevância histórico cultural quanto a interesses de natureza política e religiosa.

A preservação do patrimônio cultural, seja material ou imaterial, ultrapassa a proteção legal, os registros oficiais em âmbito nacional ou estadual e os procedimentos formais de tombamento. Ela requer, sobretudo, a articulação entre o IPHAEP, o IPHAN, as prefeituras e a sociedade. A participação das comunidades nesses processos é fundamental para que se reconheçam no patrimônio cultural e desenvolvam uma consciência histórica crítica acerca da importância de sua salvaguarda, uma vez que estes bens representam a formação histórica e cultural da Paraíba.

É evidente que o IPHAEP atua e busca desenvolver suas ações voltadas à Educação Patrimonial com a intenção de atender todo o estado, mas ainda permanece uma atuação pontual. No município de Esperança, ao pesquisar a existência de ações educativas ou produções textuais, como os cadernos temáticos ou cartilhas, não foram encontrados, assim como não foi identificado nenhum Convênio ou Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IPHAEP e a Prefeitura, o que evidencia uma lacuna e ausência de interesse de ambas as partes.

---

[43] *Mecanismos de um processo de tombamento através do IPHAEP* disponível nas referências.

Diante desse cenário, apontando possibilidades de articulação entre o IPHAEP e a Prefeitura visando minimizar essas lacunas identificadas, aqueles poderia celebrar Convênio ou Termo de Cooperação Técnica, visando o planejamento de ações educativas voltadas à Educação Patrimonial, que poderiam contemplar realizações de exposições artísticas, atividades culturais nas escolas, na praça da cultura, ou atividades realizadas diretamente nos bens culturais, como por exemplo, na Capelinha das Pedras. Atividades que envolvam a comunidade e aproximem os sujeitos de seus patrimônios, assim como preconiza a definição da Educação Patrimonial presente no *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999)[44]. Mas para que isso aconteça, é necessário o interesse de ambas as partes, planejamento institucional, avaliação da viabilidade das atividades e o comprometimento de ambos – Prefeitura e IPHAEP.

A implementação dessas ações possibilitaria o envolvimento de toda a comunidade, resultando em uma prática contínua, sistemática e passível de renovação, uma vez que Convênios ou Termo de Cooperação Técnica podem ser renovados. Sugere-se, ainda, que, ao término de cada parceria, fosse produzida uma cartilha contendo registros fotográficos e a contextualização das atividades desenvolvidas, a qual poderia servir como material didático e informativo para professores, educadores culturais e à sociedade em geral.

A preservação do patrimônio cultural, assim como as ações educativas a eles relacionadas, pode ser compreendida e assumida como um compromisso histórico, cultural, educacional, social e institucional que requer o envolvimento do IPHAEP, do IPHAN e da sociedade como um todo. Essa perspectiva dialoga com os valores institucionais do IPHAEP[45], fundamentados no compromisso com o patrimônio histórico cultural paraibano, na sustentabilidade, na valorização da diversidade cultural, na transparência e na ética, bem como na promoção da educação, da conscientização, da inovação e da modernização.

Dessa forma, ações educativas voltadas à Educação Patrimonial contribuem diretamente para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a salvaguarda de seus patrimônios. Bens já tombados ou em processo de reconhecimento – como casarões, centros históricos urbanos, ferrovias e a Capelinha das Pedras – passam a ser compreendidos como documentos históricos e testemunhos materiais da memória, da identidade cultural do lugar, dos sujeitos e dos processos históricos que lhes deram origem.

---

[44] HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 1999, (p. 4).
[45] *Os valores do órgão, Missão, Visão e Valores do IPHAEP.* Disponível nas referências.

A articulação entre as diferentes instituições é indispensável, pois, a partir dessas cooperações, torna-se possível desenvolver ações educativas nos municípios do interior do estado especificamente em Esperança de forma contínua e sistemática. A celebração de possíveis Convênios ou Termo de Cooperação Técnica mostram-se uma alternativa interessante, inclusive com possibilidade de renovação, desde que haja interesse entre ambos.

A Paraíba é composta por expressiva diversidade de bens culturais, materiais e imateriais, abrigando memórias, histórias e resistências que não podem ser descuidadas. Embora seja compreensível a elevada demanda proveniente da capital, é fundamental não deixar de desenvolver ações educativas voltadas aos patrimônios culturais do interior, igualmente ricos em significados e memória coletiva.

Destaca-se que a partir das pesquisas realizadas, não foi identificado no município de Esperança nenhuma Cartilha que tenha sido produzida pelo IPHAEP ou pela Prefeitura que abordasse a Capelinha das Pedras como tema. Diante dessa constatação, esta monografia culminou na produção de uma Cartilha Educativa tendo a Capelinha das Pedras como tema, com o objetivo de contribuir para minimizar a lacuna existente no campo da Educação Patrimonial, ao menos no que se refere à produção de materiais didáticos e informativos. A Cartilha é um material didático e informativo destinado aos professores, educadores culturais e à sociedade esperancense, para uso em atividades pedagógicas e informativas que tenham a Capelinha das Pedras como temática – no próximo capítulo será detalhada.

Por fim, observa-se que, embora o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP desempenha papel fundamental na preservação e valorização do patrimônio cultural paraibano, sua atuação nos municípios do interior ainda se apresenta de forma pontual quando comparada às ações desenvolvidas na capital do estado. No caso específico de Esperança, a identificação dessa lacuna evidencia a necessidade de uma presença institucional mais efetiva do Instituto, especialmente no que se refere às iniciativas de Educação Patrimonial.

Assim, reforça-se a importância de ampliar o diálogo entre o IPHAEP, o poder público municipal e a sociedade, de modo a fortalecer as políticas de preservação, difusão do patrimônio cultural e ações voltadas a Educação Patrimonial visando garantir que tais bens sejam reconhecidos, apropriados e preservados pelas gerações presentes para as futuras.

No capítulo seguinte, apresenta-se a Cartilha educativa elaborada com o intuito de minimizar a lacuna identificada – ao menos no que se refere à oferta de materiais didáticos e informativos – acerca do patrimônio cultural de Esperança, tendo como temática a Capelinha das Pedras. Considera-se, ainda, que, durante a realização desta pesquisa, não foram localizadas produções dessa natureza disponíveis ao público.

5. CARTILHA EDUCATIVA

A Cartilha Educativa com o tema da Capelinha das Pedras foi produzida como uma das possibilidades apontadas para minimizar as lacunas identificadas na atuação do IPHAEP no município de Esperança, especialmente no que se refere à disponibilização de materiais didáticos e informativos sobre o patrimônio cultural de Esperança.

Durante o levantamento realizado em busca de material didático ou informativos, não foram localizados materiais dessa natureza sobre a Capelinha das Pedras que tivessem o IPHAEP ou a Prefeitura como produtores. Além disso, tampouco foi localizado, nas pesquisas empreendidas, qualquer material que abordasse especificamente a Capelinha sob a perspectiva da Educação Patrimonial. Diante dessas constatações, a Cartilha configurou-se como a primeira dedicada à Capelinha das Pedras articulada à área da Educação Patrimonial. Seu conteúdo apresenta uma síntese dos principais pontos desenvolvidos nesta monografia.

Produzida em linguagem clara e objetiva com formato didático e informativo, é direcionada aos professores, educadores culturais e à sociedade esperancense como um todo. Com um exemplar disponibilizado na Biblioteca Pública de Esperança. Trazendo em seu conteúdo, uma síntese histórica, a descrição dos elementos arquitetônicos de influência barroco e neoclássico presentes em sua estrutura, bem como as definições conceituais de Patrimônio Cultural a partir do artigo 216 da Constituição Federal de (1988) e Educação Patrimonial a partir do *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999). Também é apresentada a metodologia da Educação Patrimonial, de forma introdutória, apresentada no Quadro V p. 9 do referido Guia. Além disso, o material reúne produções artísticas em homenagem ao monumento – como música, fotografias, pintura em mural escolar e cordel – realizadas por artistas locais.

O material também disponibiliza um *QR Code* que direciona para uma pasta no Google Drive, intitulada *Educação Patrimonial*, onde encontram-se esta monografia, a Cartilha e o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), em formato PDF disponível para o download, caso o leitor ou leitora deseje aprofundar no tema. Esse recurso tem como finalidade democratizar o acesso às produções acadêmicas, ao disponibilizar, de forma gratuita e acessível, conteúdos científicos e educativos que, frequentemente, permanecem circunscritos nos espaços universitários/acadêmicos.

É importante considerar que nem todas as pessoas sabem acessar os *sites* das bibliotecas ou realizar buscas que possibilitem localizar pesquisas científicas com facilidade, sobretudo o público em geral, que muitas vezes não possui familiaridade com plataformas acadêmicas – dificuldade que, inclusive, também pode atingir aqueles que já estão inseridos nesse meio.

Ao recorrer a ferramentas digitais simples de amplo e fácil uso, como o *QR Code*, amplia-se o alcance do material textual, possibilitando que professores, estudantes, pesquisadores e todos os esperancenses, caso desejem, tenham acesso ao conhecimento produzido. Além disso, favorece a circulação do conhecimento ao estimular sua leitura, compartilhamento e aplicação em diferentes áreas e contextos formativos. Ao tornar as produções acadêmicas acessíveis, estabelece diálogo entre universidade, escola e comunidade fortalecendo a relação entre teoria e prática.

Contribuir para a historiografia e educação do município de Esperança é satisfatório. Ainda mais, quando é a história da Capelinha das Pedras, que sob a perspectiva patrimonial representou significativa realização, sobretudo por esta pesquisa ter sido realizada durante seu centenário de edificação e o centenário de emancipação política de Esperança. Assim, em homenagem a esses cem anos de história da Capelinha das Pedras, apresento a Cartilha Educativa Capelinha das Pedras, que se encontra anexada no anexo desta monografia. Desejo uma excelente leitura! Mais antes, vamos às considerações finais e as referências nas páginas seguintes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema desta monografia surgiu do interesse em desenvolver uma pesquisa que contemplasse a história da Capelinha das Pedras em articulação com a área do Patrimônio Cultural e, simultaneamente, com a Educação Patrimonial – perspectiva que, até então, não havia sido explorada de forma integrada.

A esse interesse somou-se a identificação de uma lacuna na atuação do Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba – IPHAEP em Esperança, bem como a ausência de uma Cartilha Educativa voltada ao seu patrimônio cultural, especificamente à Capelinha das Pedras. Ressalto que tanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em âmbito nacional, quanto o IPHAEP, no estadual, desenvolvem ações voltadas ao reconhecimento e à salvaguarda dos bens patrimoniais históricos culturais, atuando também de forma articulada.

Diante desse cenário, a pesquisa foi desenvolvida e culminou na produção de uma Cartilha Educativa tendo como tema a Capelinha das Pedras, com o objetivo de ser uma das possibilidades apontadas visando minimizar a lacuna identificada, principalmente, referente a disponibilidade de materiais didáticos e informativos do patrimônio cultural de Esperança, especialmente da Capelinha das Pedras. Tendo uma cópia da cartilha depositada na Biblioteca Municipal de Esperança possibilitando o acesso de todos e aproximando as produções acadêmicas do público em geral.

Quanto ao processo de pesquisa e análise das fontes, este se mostrou desafiador. Embora o município conte com historiadores que desenvolvem pesquisas sobre a história local divulgando nos *blogs* de produções memorialísticas como o de Rau Ferreira *História Esperancense* e o *Revivendo Esperança*, entre outros, senti a ausência de uma bibliografia mais completa que pudesse aprofundar ainda mais a história da Capelinha. Os *blogs* são interessantes e deram sua contribuição, no entanto enfatizam uma historiografia elitista voltada para as figuras de destaque, deixando à margem outros sujeitos históricos.

Apesar dessa limitação, não comprometeu o andamento nem o resultado final, que prosseguiu a partir de outras fontes localizadas. Como as consultas aos *sites* do IPHAN e do IPHAEP, nas legislações pertinentes ao reconhecimento patrimonial da Capelinha e no próprio monumento, que também é uma fonte histórica frequentemente ressignificada para

comemorar eventos, pessoas ou consolidar uma narrativa de poder. E no que se refere às fotografias, estas foram produzidas pela própria autora, ou seja, por mim.

O percurso metodológico foi realizado em quatro etapas. Na primeira, elaborei um levantamento das fontes – textos, fotografias e legislações – referências detalhadas na introdução. Na segunda, realizei visitas ao monumento com a finalidade de produzir registros fotográficos, bem como observar e documentar seus aspectos arquitetônicos. Na terceira etapa, procedi a escrita do trabalho. Por fim, na quarta etapa, produzi a Cartilha Educativa, fundamentada nos conteúdos e nas reflexões desenvolvidas ao longo desta monografia.

Diante de todo o trajeto percorrido – desde a escolha do tema, pesquisa, seleção e análise das fontes, da escrita e reescrita do texto, da produção da Cartilha, dos registros fotográficos, ou seja, de todo o caminho metodológico e analítico realizado – compreendo que a Capelinha das Pedras ultrapassa sua função religiosa e se insere também no contexto sócio-cultural. Nesse sentido, ela se estabelece como um lugar de pertencimento, no qual se entrelaçam memória, devoção, tradição e experiências cotidianas da comunidade, revelando dinâmicas sociais e culturais que conferem significado ao patrimônio para além de sua materialidade.

Ao articular sua trajetória histórica às discussões sobre patrimônio cultural e Educação Patrimonial, busquei interpretar seus significados e contribuir para a historiografia local e para sua valorização. Destaco, sobretudo, a produção da Cartilha Educativa, concebida como material didático e informativo, voltado ao fortalecimento de práticas educativas/informativas e à valorização do patrimônio.

Concluo com o sentimento de dever cumprido e de responsabilidade histórica com a história e as memórias que envolvem a Capelinha das Pedras e a cidade de Esperança. Que esta monografia possa inspirar outras, tal qual uma chama que se acende no silêncio dos arquivos e se propaga pelas vozes daqueles que se dispõem a escutar e narrar o passado. Que ela seja semente lançada em solo fértil, capaz de florescer em novos olhares e novas perguntas. Que possa ampliar o diálogo entre história, memória, patrimônio cultural e educação fortalecendo o reconhecimento daquilo que nos constitui enquanto sujeitos históricos. E que, entre pedras, memórias e afetos, permaneça viva a esperança de que escrever é também cuidar e resistir – e que toda memória resgatada e escrita é uma ação da nossa presença no tempo histórico em que vivemos.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Reflexões sobre a educação patrimonial e a experiência da diversidade cultural no ensino de História.** In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, p. 56, 2012. (Caderno Temático, 2). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Art. 23 e 30. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/CONSTITUI%20FEDERAL.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 2 jan. 2026.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, Cap. III, p. 79-98, 1998.

ESPERANÇA (PB). **Edição extra: desapropriação e demolição do CAOBE**. Quinzenário Oficial do Município de Esperança, Esperança, s.d. Disponível em: https://www.esperanca.pb.gov.br/publicacoes/quinzenarios/qoesp-extra-desapropriacao-e-demolicao-do-caobe. Acesso em: 15 nov. 2025.

FELICIANO, Gabriel Mateus. **A Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Esperança-PB: a construção da memória e seu uso político**. 57 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2025.

FERREIRA, Rau. **Centenário da Capelinha do Perpétuo Socorro.** Blog História Esperancense, 01 jan. 2025. Disponível em: https://historiaesperancense.blogspot.com/2025/01/centenario-da-capelinha-do-perpetuo.html?m=1. Acesso em: 3 nov. 2025.

FERREIRA, Rau. **História Esperancense: Esperança**. Blog História Esperancense, 19 ago. 2018. Disponível em: https://historiaesperancense.blogspot.com/2018/08/esperanca.html. Acesso em: 3 jan. 2026.

FERREIRA, Rau. **Capelinha N. S. do Perpétuo Socorro.** Blog História Esperancense, 08 abr. 2017. Disponível em: https://historiaesperancense.blogspot.com/2014/05/capelinha-n-s-do-perpetuo-socorro.html. Acesso em: 3 jan. 2026.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação patrimonial: um processo de mediação.** In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, p. 22, 2012. (Caderno Temático, 2). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, Cap. 3, p. 94, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis, p. 59, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Iphaep celebra acordo de cooperação técnica com prefeituras: Prefeitura Municipal de Mamanguape encaminhará processos de intervenções em bens tombados ao IPHAEP.** João Pessoa, 19 abr. 2017. Disponível em: https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-24927.html#:~:text=Prefeitura%20Municipal%20de%20Mamanguape.%20No%20%C3%ADtem%201,reforma%20ou%20qualquer%20outra%20interven%C3%A7%C3%A3o%20nos%20bens. Acesso em: 3 jan. 2026.

GRUPO DE PESQUISA HEBP. **Jornal 4ª Edição Bananeiras – versão online [recurso eletrônico].** Disponível em: https://pubhtml5.com/aixqh/hnri/. Acesso em: 3 jan. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **ESPEP em parceria com o IPHAEP promove o curso de educação patrimonial. João Pessoa, 28 jul. 2015. Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba – ESPEP.** Disponível em: https://espep.pb.gov.br/noticias/espep-em-parceria-com-o-iphaep-promove-o-curso-de-educacao-patrimonial#:~:text=O%20Instituto%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico,Instituto%20e%20%C3%A9%20ministrado%20pela%20historiadora%20Fabiana. Acesso em: 3 jan. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Capítulos: 1,3 e 4, p. 10. Disponível em: https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em 10 dez. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial (Livro de Registro)**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/687. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA – IPHAEP. **Lista de municípios com centros históricos tombados pelo IPHAEP**. João Pessoa: IPHAEP, s.d. Disponível em: https://iphaep.pb.gov.br/municipios-com-centros-historicos-tombados. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA – IPHAEP. **Missão, visão e valores do IPHAEP**. João Pessoa: IPHAEP, s.d. Disponível em: https://iphaep.pb.gov.br/institucional/missao. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA – IPHAEP. **Estrutura organizacional**. João Pessoa: IPHAEP. Disponível em: https://iphaep.pb.gov.br/institucional/estrutura-organizacional. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA – IPHAEP. **Mecanismos de um processo de tombamento.** Disponível em: https://iphaep.pb.gov.br/mecanismo-de-um-processo-de-tombamento. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Brasília: IPHAN, s.d. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Cartilha sobre patrimônio cultural imaterial**. Brasília: IPHAN, s.d. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – SNPC e Plano Nacional de Cultura – PNC**. Brasília: IPHAN, s.d. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/217. Acesso em: 3 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Superintendência do IPHAN na Paraíba**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/paraiba. Acesso em: 3 de jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Projeto Casas do Patrimônios**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502/. Acesso em: 3 de jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Projeto Interação**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/211. Acesso em: 3 de jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Outras ações do IPHAN**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343. Acesso em: 3 de jan. 2026.

JORNAL DA PARAÍBA. **Três adolescentes morreram afogadas no município de Esperança. João Pessoa, 18 ago. 2012.** Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/vidaurbana/tres-adolescentes-morreram-afogadas-no-municipio-de-esperanca. Acesso em: 15 nov. 2025.

JÚNIOR, Martinho. OLIVEIRA , Maria José (Orientadora). **Obelisco Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.** Especialização em História do Brasil. UEPB, 2004.

LEI nº 5.357, de 17 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a estrutura organizacional do IPHAEP, estabelecendo suas competências e atribuições.** Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 17 jan. 1991. Acesso em: 3 de jan. 2026.

LEI nº 9.040, de 30 de dezembro de 2009. **Atualiza as disposições legais relativas à proteção do patrimônio cultural no Estado da Paraíba.** Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 31 dez. 2009. Disponível em https://sapl3.al.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/9932/9932_texto_integral.pdf. Acesso em: 3 de jan. 2026.

LEI nº 11.571, de 10 de dezembro de 2019. **Reconhece como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba o bem citado.** Diário Oficial do Estado da Paraíba: Poder Executivo, João Pessoa, PB, n. 17.014, p. 4, 11 dez. 2019. Acesso em: 3 de jan. 2026.

LEI ORDINÁRIA nº 406, de 30 de dezembro de 2019. **Reconhece como Patrimônio Histórico e Cultural Material do Município de Esperança o bem citado.** Quinzenário Oficial do Município de Esperança, Esperança, PB, ano III, n. 062, p. 3, 16–31 dez. 2019. Disponível em: https://www.esperanca.pb.gov.br/public/storage/content/publicacoes/quinzenario-oficial/917/arquivos/file_202006301458ZGKt.pdf. Acesso em: 20 dez. 2025.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **O cólera nas páginas dos jornais: imprensa e epidemia na Paraíba Oitocentista.** In: Anais do XIV Encontro Estadual de História da ANPUHPB – ST20. Campina Grande, PB: Universidade Federal de Campina Grande, 2010. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/37051?mode=full. Acesso em: 3 jan. 2026.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano.** Políticas Públicas: memórias e experiências, v. 22, n. 30, p. 55– 81, 2010. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/70. Acesso em: 10 ago. 2025.

OLIVEIRA, Maurício Nascimento de. **Cenário histórico teológico da devoção a Nossa Senhora do Perpétuo: Capelinha das Pedras.** 1. ed. São Paulo: Brilho Coletivo, 2022. Cap. 3, p. 57.

PARAÍBA. **Decreto nº 5.255, de 1º de abril de 1971.** Cria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1 abr. 1971. Acesso em: 2 jan. 2026.

PARAÍBA. **Decreto nº 7.651, de 30 de julho de 1978.** Transforma o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em órgão especial, conferindo-lhe autonomia técnica e administrativa. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 30 jul. 1978. Acesso em: 2 jan. 2026.

PARAÍBA. **Diário Oficial do Estado da Paraíba, 11 dez. 2019. João Pessoa: Imprensa Oficial do Estado, 2019.** Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2019/dezembro/diario-oficial-11-12-2019.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

REVIVENDO ESPERANÇA-PB. **A Capelinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Blog Revivendo Esperança-PB, 2012.** Disponível em: https://revivendoesperancapb.blogspot.com/2012/08/fatos-e-fotos-que-fizeram-historia-de_6.html. Acesso em: 19 dez. 2025.

SILVA, Raylinn Barros da. **Os Santos da Igreja e os Santos do Povo - uma perspectiva histórica sobre como eles nascem "Nascem": estudo de alguns casos. Revista Escritas,** *[S. l.]*, v. 5, n. 2, 2015. DOI: 10.20873/vol5n2ppp. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1422. Acesso em: 3 jan. 2026. p. 196.

SILVA, José Lucas de Oliveira. **A capelinha das pedras e o lugar geográfico: construindo possibilidades de valorização e inclusão**. Artigo (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2025. Disponível em:https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/43697/1/JOS%C3%89%20LUCAS%20DE%20OLIVEIRA%20SILVA%20-%20ARTIGO%20%E2%80%93%20GEOGRAFIA%20-%20%28CGGEO%20-%20CH%29%202025.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

SOARES, Filipe Menezes. **O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969–1974). 2015.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15711. Acesso em: 3 jan. 2026.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A educação patrimonial no ensino de História.** Biblos, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 199–211, 2008. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/868. Acesso em: 3 jan. 2026.

UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, [s.d.]. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/. Acesso em: 3 jan. 2026.

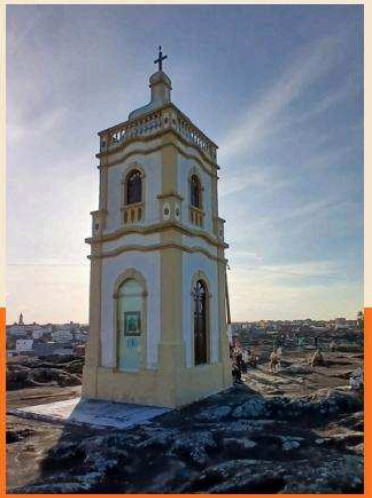
ANEXO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Capelinha das Pedras







Autora: Aline Alves da Silva
Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Esperança-PB
2026

Apresentação

Esta cartilha integra a minha monografia e constitui um material didático e informativo destinado aos professores, educadores culturais e a todos os esperancenses. Ao tratar do patrimônio cultural de Esperança a partir da Capelinha das Pedras, buscou-se contribuir para o fortalecimento da historiografia e da Educação Patrimonial no município.

Seu conteúdo apresenta uma síntese dos principais aspectos abordados na monografia intitulada "Capelinha das Pedras": História e Educação Patrimonial em Esperança – PB. Nesse sentido, reúne uma síntese histórica do monumento, seus aspectos arquitetônicos, produções artísticas. legislações que tratam de seu reconhecimento patrimonial, além de abordar conceitos de patrimônio cultural e Educação Patrimonial. Também é apresentada, de forma introdutória, a metodologia da Educação Patrimonial proposta pelo Guia Básico da Educação Patrimonial (1999).

Na penúltima página, é disponibilizado um QR Code que direciona para uma pasta no Google Drive, onde estão disponíveis o Guia Básico da Educação Patrimonial (1999), a monografia e a cartilha em formato PDF, para download.

Por fim, espera-se que esta cartilha possa contribuir como material de apoio às práticas educativas e também como material informativo.

Desejo uma excelente leitura!

Cordialmente,

Aline Alves da Silva. Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2026.

Síntese Histórica

Na década de 1920, o município de Esperança foi acometido por um surto do cólera. Nesse cenário de adversidade, Dona Esther, então primeira dama do município, recorreu à fé como forma de interceder pelo bem estar coletivo e fez uma promessa: se a epidemia fosse controlada, providenciaria a construção de uma capela no alto do Lajedo do Araçá. Com a diminuição do surto, a promessa foi cumprida, culminando na edificação e inauguração da Capelinha das Pedras no ano de 1925. (FERREIRA, 2025).



Capelinha das Pedras.
Fonte - Aline Alves, 2026.



Escadaria que dá acesso à Capelinha, localizada no alto do Lajedo do Araçá. Destaca-se a ausência de rampa de acessibilidade e de placa informativa sobre o monumento.
Fonte - Aline Alves, 2026.

Ao passo da história, o patrimônio cultural do município passou processos de preservação, ressignificação e também de perda; contudo, a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, popularmente conhecida como "Capelinha das Pedras", manteve-se como referência histórica e patrimonial. O monumento configura-se um espaço de celebrações religiosas e visitas culturais, sendo frequentado por moradores de Esperança, visitantes de cidades circunvizinhas e de outros estados.

Em 2025, a Capelinha das Pedras completou cem anos de edificação e, simultaneamente, o município de Esperança celebrou o centenário de emancipação política, configurando-se, uma dupla comemoração.



Letreiro com a inscrição "Eu amo Esperança", localizado na Praça da Cultura, no centro da cidade, 2026.
Fonte - Aline Alves, 2026.

IMPORTANTE

Para saber mais detalhes da história da Capelinha, acesse o *QR Code* no final da cartilha.

A propósito, felicitações à Capelinha pelos cem anos de sua edificação e ao município de Esperança pelos cem anos de emancipação política!

Detalhes Arquitetônicos

- Torre, colunas e arcos com influência **neoclássico**, marcados por simetria e linhas definidas.
- **Elementos vazados** abaixo da cruz e **ornamentação das janelas** remetem ao **estilo barroco brasileiro**, de caráter decorativo e expressivo.
- **Altar-Mor** com características de **exuberância do barroco brasileiro.**
- **Telhado em alvenaria.**
- Apresenta uma estrutura **composta por três portas e quatro janelas,** sendo que apenas a porta e a janela frontal permitem abertura, enquanto as demais possuem função decorativa.



Altar-Mor.
Fonte - Aline Alves, 2026.



Detalhes arquitetônicos da Torre.
Fonte - Aline Alves, 2026.



Telhado feito de alvenaria.
Fonte - Aline Alves, 2026.



A porta e a janela frontal são as que possuem abertura, as demais são decorativas.
Fonte - Aline Alves, 2026.



Placa da restauração realizada na Capelinha em 2008.
Fonte - Aline Alves, 2026.

Em 2008 o monumento passou por restauração. O monge beneditino Adriano Lima, especialista no assunto, trabalhou durante 45 dias removendo a pintura antiga até chegar na camada original. Foram recuperados o Altar-Mor e as portas. (FERREIRA, 2018).

Produções Artísticas

Hino da Capela.
Composição do músico Sebastião Florentino, "Basto de Tino", em homenagem à Capelinha.
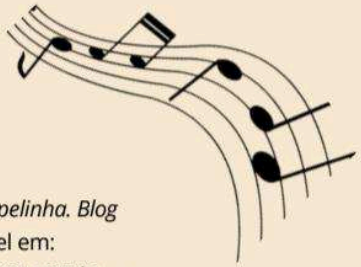


De longe se vista
Bem pertinho desta cidade
Um monumento erguido
No mosteiro da felicidade
Contam os mais velhos
Que conhecem o seu passado
Que ali foi uma promessa
Que alguém deixou gravado
É nesta linda capela
E onde se venera
A Senhora do Socorro
Bem de perto da capelinha
Têm uma linda paisagem
Nas águas que ali existe
Reflete a sua homenagem
É nesta linda capela
Gravada em letras se ver
A homenagem
Ao seu Divino Poder



Capelinha das Pedras.
Fonte - Aline Alves, 2026.





Fonte: FERREIRA, Rau. *Hino esquecido da Capelinha. Blog História Esperancense, 2014.* Disponível em: https://historiaesperancense.blogspot.com/2014/05/hino-esquecido-da-capelinha.html. Acesso em: 03 jan. 2026.

A Capelinha presente no cotidiano escolar da Escola Irineu Joffily e no desfile de 7 setembro de 2025.

Mural da Escola Irineu Joffily.
Fonte - Aline Alves, 2026.

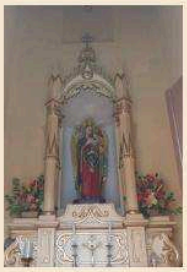


Homenagem no desfile de 7 de Setembro.
Fonte - Aline Alves, 2026.



Produções Artísticas

Cordel: Centenário da Capelinha das Pedras e da Emancipação Política de Esperança (1925–2025)





No alto do bairro Beleza, reluz a fé verdadeira,
Capelinha das Pedras, jóia simples e certeira.
Cem anos guardando história, promessa e devoção,
Erguida por mãos humildes, alicerce do coração.

Entre pedras e orações, o povo vem celebrar,
Maria do Perpétuo Socorro a todos vem abençoar.
Esperança se enfeita inteira, com canto, flor e bandeira,
Pois cem anos de fé faz viva essa capelinha altaneira.

E o sino que o tempo embala, ainda ecoa no chão,
Chamando os filhos da terra pra reavivar à tradição.
Na memória do seu povo, permanece a lição:
Patrimônio preservado é a raiz da nossa história.



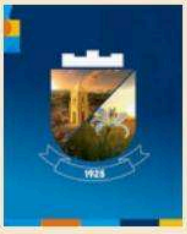


Terra fértil e acolhedora, de gente forte e valente,
Esperança faz cem anos, cidade de boa gente.
Teu progresso e tua garra são motivo de louvor,
Do passado ao presente, segues firme com valor.

És símbolo de cultura e tradição,
Teu povo é teu tesouro, tua fé é tua missão.
Entre festas e memórias, resplandece a trajetória:
Esperança centenária, orgulho da nossa história.

Autora: Aline Alves da Silva







Legislações de Reconhecimento Patrimonial

Legislação Estadual



JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador

LEI Nº 11.571 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.
AUTORIA: DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO

Insere no Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Insere no Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no Município de Esperança.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 10 de dezembro de 2019; 131º da Proclamação da República.

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador

Fonte: Diário Oficial do Estado da Paraíba.

Na esfera estadual, a Capelinha foi inserida ao patrimônio histórico e cultural do Estado da Paraíba por meio da Lei nº 11.571, de 10 de dezembro de 2019, oriunda de projeto de lei de autoria do deputado estadual Anderson Monteiro Costa, ex-prefeito do município, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 10 de dezembro de 2019, nº 11.571, p. 4.

Legislação Municipal

No mesmo mês, dezembro de 2019, no dia 30, a Capelinha foi oficialmente reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural de natureza material pelo município, por meio da Lei Ordinária nº 406, publicada no Diário Oficial do Município, no Quinzenário Oficial destinado à divulgação dos atos dos poderes Executivo e Legislativo; Esperança-PB, ano III, n. 062, p. 3, período de 16 a 31 de dezembro de 2019.



LEI ORDINÁRIA Nº 406, 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

DECLARA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA, A CAPELA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, CONHECIDA COMO A CAPELINHA DAS PEDRAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA,** Estado da Paraíba,
Faz saber que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado como Patrimônio Histórico-Cultural de Natureza Material a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, conhecida como a Capelinha das Pedras, situada no bairro da Beleza dos Campos, neste Município.
Parágrafo único. Fica considerada como área envoltória todo o lajedo de pedras circundante.

Art. 2º Fica a Prefeitura Municipal de Esperança/PB autorizada a disponibilizar recursos para manutenção e preservação da Capelinha no que se refere ao seu aspecto físico, bem como para construção de escadaria e rampa de acessibilidade até o alto das pedras onde está localizada a mesma e para sinalização e instalação de placa.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, o Poder Executivo do município de Esperança procederá aos registros necessários em livro próprio do órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esperança/PB, 30 de dezembro de 2019. 95º da Emancipação Política.
NOBSON PEDRO DE ALMEIDA
Prefeito

Fonte: Quinzenário Oficial do Município de Esperança-PB.



Capelinha das Pedras.
Fonte - Aline Alves, 2026.

IMPORTANTE

Cabe ressaltar que tais reconhecimentos ocorreram tardiamente, sobretudo considerado que a edificação da Capelinha remonta ao ano de 1925 e ocupa lugar significativo na história e na cultura de Esperança. Embora o reconhecimento oficial tenha representado um avanço ao ampliar a visibilidade do bem e insentivar o interesse dos moradores e visitantes pela história da Capelinha quanto do Lajedo, entende-se que esse processo poderia ter sido realizado em período anterior.

Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial

Patrimônio Cultural

Artigo 216 - O patrimônio cultural brasileiro compreende as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais, bem como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(Brasil, Artigo 216, 1988).

Educação Patrimonial

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contado direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural.** (...). (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Instituições que cuidam do patrimônio cultural Nacional e Estadual

IPHAN

O IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o órgão federal brasileiro responsável por identificar, proteger e gerir o patrimônio cultural material e imaterial do país.

IPHAEP

O IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba é o órgão estadual responsável por resgatar, cadastrar e preservar o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e ecológico da Paraíba.



Sede do IPHAEP na capital, João Pessoa - PB.
Fonte: IPHAEP, 2026.

Metodologia da Educação Patrimonial

O Guia Básico da Educação Patrimonial (1999), publicado pelo IPHAN em parceria com o Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), e elaborado por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, configura-se como uma referência fundamental para as definições conceituais e metodológicas no campo da Educação Patrimonial — ainda que existam outros materiais igualmente relevantes na área. Contudo, neste trabalho, o enfoque recai sobre o referido Guia. Assim, nesta cartilha, apresenta-se, de forma introdutória, a metodologia de Educação Patrimonial nele proposta.

ETAPAS	RECURSOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive…	• **Identificação** do objeto/função/significado; • Desenvolvimento da **percepção visual** e **simbólica.**
2) Registro	Desenho, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas…	• **Fixação do conhecimento** percebido aprofundamento da **observação** e **análise crítica;** • **Desenvolvimento** da memória, pensamento lógico, intuitivo e operação.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	• **Desenvolvimento das capacidades** de análise e julgamento crítico, **interpretação** das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, rejeitará, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	• **Envolvimento afetivo,** internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, **valorização** do bem cultural.

Guia Básico de Educação Patrimonial, 1999, QUADRO V, P. 9

Destinada a professores e educadores culturais do município, essa metodologia pode ser incorporada, conforme sua pertinência, ao planejamento de aulas e de atividades de campo voltadas à Educação Patrimonial e ao estudo do patrimônio cultural.

QR Code

Caso deseje aprofundar no tema da Educação Patrimonial, recomenda-se a leitura do material disponibilizado na pasta no Google Drive. Nesse espaço, encontram-se referências teóricas acerca do patrimônio cultural e da Educação Patrimonial.

Aponte a câmera do seu celular para este QR Code e acesse os materiais disponíveis para download: minha monografia, esta cartilha educativa e o Guia Básico da Educação Patrimonia (1999).

Ao acessar esses materiais textuais você contribui para a circulação do conhecimento e fortalecimento das iniciativas de Educação Patrimonial no município de Esperança.

Por fim, agradeço pela sua leitura até aqui e pelo interesse em conhecer um pouco mais sobre a Capelinha das Pedras. Espero que as informações aqui apresentadas possam contribuir para o conhecimento, despertar a curiosidade e incentivar reflexões sobre a importância de preservar e transmitir às futuras gerações os bens culturais que fazem parte da história e da identidade do nosso município.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 216. Acesso em: 3 jan. 2026.

ESPERANÇA (PB). **Lei ordinária nº 406, de 30 de dezembro de 2019.** Reconhece como Patrimônio Histórico e Cultural Material do Município de Esperança o bem citado. Quinzenário Oficial do Município de Esperança: publicação dos atos dos poderes Executivo e Legislativo, Esperança, PB, ano III, n. 062, p. 3, 16–31 dez. 2019. Disponível em: documento oficial do município. Acesso em: 3 dez. 2025.

FERREIRA, Rau. **Centenário da Capelinha do Perpétuo Socorro.** Blog História Esperancense, 1 jan. 2025. Disponível em: https://historiaesperancense.blogspot.com/2025/01/centenario-da-capelinha-do-perpetuo.html?m=1. Acesso em: 3 jan. 2026.

FERREIRA, Rau. **Hino esquecido da Capelinha.** Blog História Esperancense, 2014. Disponível em: https://historiaesperancense.blogspot.com/2014/05/hino-esquecido-da-capelinha.html. Acesso em: 3 jan. 2026.

FERREIRA, Rau. **A menor capela do mundo fica em Esperança/PB.** História Esperancense, 22 maio 2018. Disponível em: https://historiaesperancense.blogspot.com/2018/05/a-menor-capela-do-mundo-fica-em.html. Acesso em: 3 jan. 2026.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 1999. Acesso em: 3 jan. 2026.

SILVA, Aline Alves da. **"Capelinha das Pedras": história e educação patrimonial em Esperança-PB. 2026.** 85 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2026.

PARAÍBA. **Lei nº 11.571, de 10 de dezembro de 2019**. Reconhece como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba o bem citado. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, PB, n. 17.014, p. 4, 11 dez. 2019. Acesso em: 3 dez. 2025.